abc PORTUGAIS - FRANÇAIS Portuscale

Reportagem: dos 60 anos dos COMANDOS

O abc fez 10 ANOS

www.facebook.com/museucombatente.oficial

Não ao Acordo Ortográfico

Numº. 234 - Ano / An -10 -25 de Março / 25 mars 2023

QUÉBEC JORNAL COMUNITÁRIO EM PORTUGUÊS OSBL JOURNAL COMMUNAUTAIRE EN FRANÇAIS OSBL CANADA

Ver na página 16 o pedido de apoio aos Comandos de Portugal

Visitez Portugal

Le país du Soleil

A Chuva e o Bom Tempo

Julgando um dever cumprir, / sem descer do meu critério /
Digo verdades a rir, / Aos que me mentem a sério.

António Aleixo 1899-1949

Opinião

Cem anos de perdão...ou de prisão?

A notícia saiu sem grande alarido. Um Padre da região de Loures com uma companheira feminina com quem se pensa ter relações amorosas privadas — o que nos tempos modernos deixa pensar ser *do género Homem*...— conseguiu roubar cerca de 800 mil euros para benefício próprio desviando esse total de várias instituições sociais. Tipo preferido pela *Imprensa*....Ainda muito recentemente tive um exemplo daquilo afirmo e que tem a ver com a Censura aplicada no Microsoft, Google, recusando totalmente a passagem duma notícia vinda dos USA e cuja origem, apenas poderá ser acusada de anti-palestinos por ter no seu Executivo uma senhora judia. Ora estando de acordo com as ideias da organização porque acreditamos haverem, soluções políticas de fácil implementação, para resolução do diferendo palestino-israelita no final de tantos Acordos negociados com Presidentes americanos a que nada de bom nem definitivo conduziram, é portanto bem natural que encare a situação actual como a existência de dois países em que um vive e se desenvolve na grandeza do seu bem-estar, e o outro vive e freneticamente se manifesta, expulsando ódios imbecis por entre as ruínas de edifícios, de casas, fábricas e de escolas, nada tendo a oferecer às novas gerações, que nada de diferente conhecem desde há muitos anos. Desde sempre!

São os fanáticos de Alá.

O certo, porém, é que os dirigentes palestinos vivem luxuosamente bem em países ocidentais. *Colonialistas, ao que dizem!*

Em princípio a notícia não surpreende de tal modo estamos habituados a este tipo de informação, muito embora seja do género a que normalmente se tem acesso de modo escondido ou por pessoas que nos contam as verdades escondidas do tipo de segredos de alcova.

Os débeis serviços da informação, apenas salientam os discursos políticos de inflamados tribunos que não resolvem os problemas a que as populações têm de encontrar soluções. São os jornal***eiros*** de Portugal.

Voltemos ao caso da *Mariquinhas, ajudante tesoureira ou administrativa....* de um "*pobre"* padre que se fez apanhar….recusando as acusações.

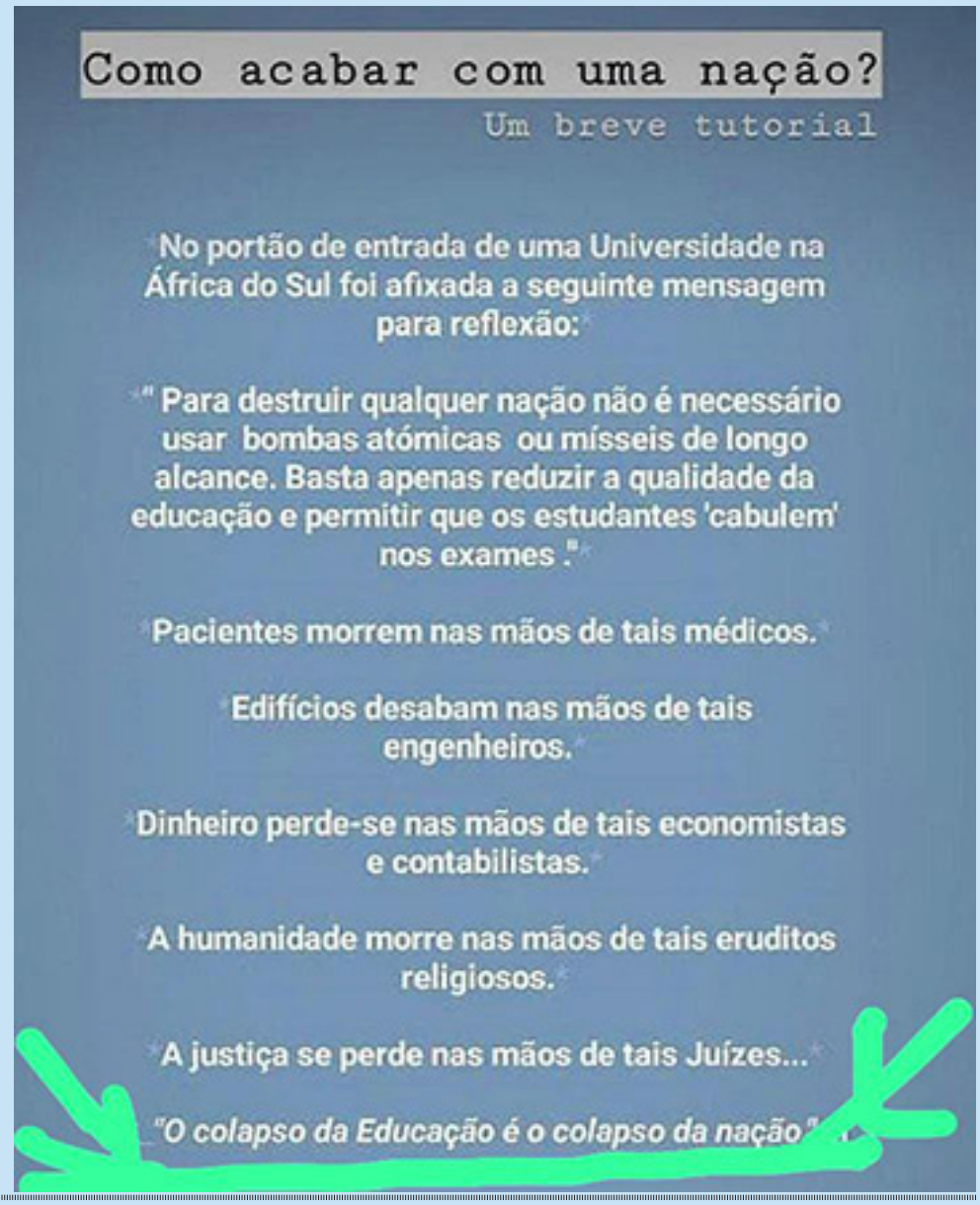
Os jornais portugueses,, esfomeados, destilam fel e tripas nas acusações e nas formas do *"acontecimento",* muito a jeito dos profissionais da escrita poderem inflamar-se... É evidente que se está tratando de um roubo. Descarado e apenas para o luxo. Segundo a acusação, o dinheiro terá servido para a compra de um Porsche, viagens, restaurantes, roupas caras, um barco e uma vivenda em Peniche, onde alguns destes bens foram pagos com dinheiro destinado a lares de idosos e de crianças com riscos de doenças ou deficiências.

Ora, o dinheiro usurpado pelo padre Arsénio Isidoro e a sua amante, recordam um tristemente célebre caso de um ex-PM português, que sempre viveu "*à grande e à francesa"* não só em Paris, mas em todos os lados aonde o seu amigo podia fazer chegar as notas de euros do seu pecúlio, que bastante desfalcado deve ter ficado com a profusão*….de empréstimos...*

Casos deste tipo, fazem sonhar mentalidades fracas e esperançosas de terem o benefício de dúvida, de com o passar dos anos prescrever uma causa que dura há mais de 8 anos, como parece acontecer com o conhecido ex-PM...e outros.

E é por essa razão que existe o velho ditado português que diz, *"ladrão que rouba a ladrão, tem cem anos de perdão"*…ou de prisão?

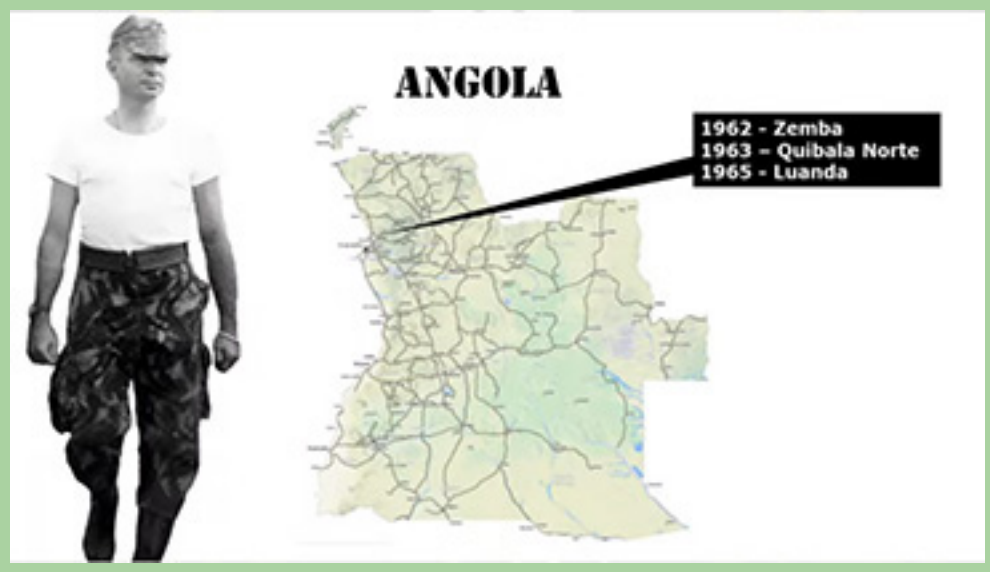
Raul Mesquita



Jornal comunitário em Português | Journal communautaire en Français

COMANDOS DE PORTUGAL FESTEJARAM 60 ANOS

comando nº1



CÓDIGO COMANDO

O COMANDO ama devotadamente a sua PÁTRIA, estando sempre pronto a fazer por ela todos os sacrifícios. Constante exemplo de energia, de amor ao trabalho, de dedicação e de lealdade aos chefes, não discute as ordens que recebe, não admite nem conhece embaraços ou resistências à sua integral execução.

Remove todos os obstáculos ao fiel e exacto cumprimento dos seus deveres, sejam quais forem as dificuldades a que tenha de se sujeitar, sem procurar que outrem tome à sua conta o que lhe incumbe fazer.

O COMANDO pratica a camaradagem e procura assegurar a solidariedade moral entre todos os seus irmãos de armas, mas não aceita a indignidade, nem a desobediência, nem o desrespeito pelas regras da disciplina e da honra. Sempre disposto a auxiliar quem precisa do seu apoio material ou do seu amparo moral, quer na paz, quer na guerra, e em frente do inimigo, afirma-se constantemente pessoa de carácter.

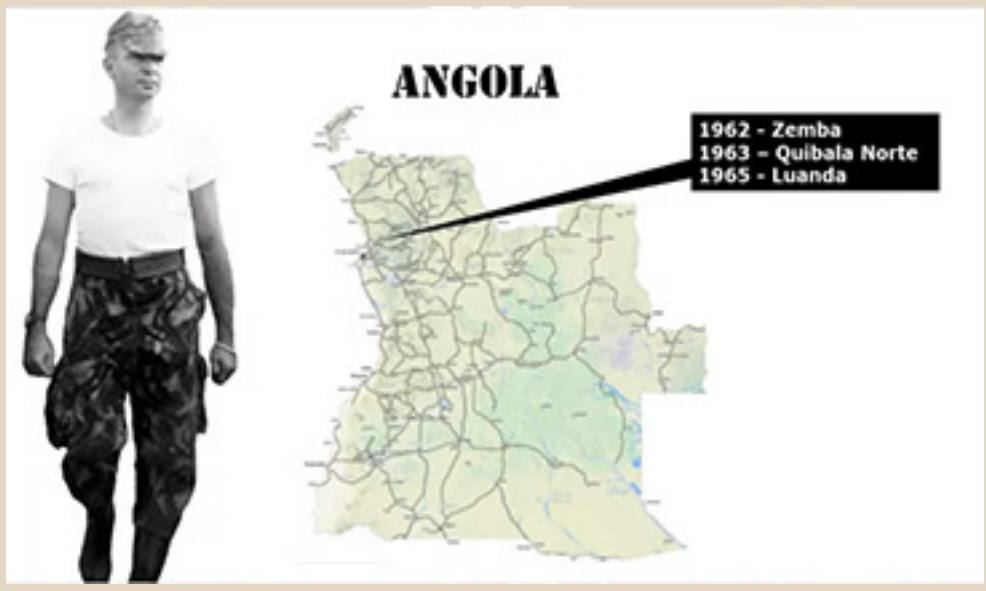
O COMANDO ama as responsabilidades. Sempre pronto a comandar e disposto a obedecer, não admite a suspeita de haver nos seus superiores a intenção de oprimi-lo ou de, por qualquer forma, o diminuir. Porque é sua constante preocupação agir como verdadeiro COMANDO tem nos seus chefes ou comandantes a mais segura confiança e a mais acrisolada fé.

Sempre generoso na vitória e paciente na adversidade, o verdadeiro COMANDO trata com solicitude, acarinha e estimula aqueles que lutam e sabem vencer todos os obstáculos. Não admite a mentira mas respeita os estóicos e abnegados que servem sem preocupação de paga ou de satisfação de interesses de qualquer natureza.

O carácter, a lealdade, a fidelidade, a obediência e a determinação são virtudes inalienáveis do COMANDO. Sejam quais forem os seus dotes de saber o COMANDO que as não possua ou as despreze deve ser inexoravelmente privado do seu título.

O COMANDO não foge ao perigo, não evita as situações que possam acarretar-lhe incómodos. Incumbido de uma missão, põe no cumprimento dela todas as suas possibilidades de actuação, todas as suas forças físicas, intelectuais e morais.

Terá o leitor oportunidade de seguir o itinerário do **TCoronel GM Santos e Castro**, Comando nº1 e Comandante do Centro de Instrução de Comandos, em Belo Horizonte, Luanda. nas páginas seguintes nesta edição, porém, após tudo quanto haveria a dizer do que fez e como foi, este homem que soube militarizar jovens e os preparou para a defesa do território, teremos na página 5 a descrição feita por um Comando que o identifica como Homem e como Militar, além do abalizado e pormenorizado reconhecimento dos Comandos Especiais que voltaram a Angola reencontrá-lo, na tentativa de impedir a Independência e entrega aos *kamaradas* cubanos e Russos do MPLA, da muito estimada, considerada e altamente relevante e distinta terra angolana.



Actual **General de Artª Julio Faria Ribeio de Oliveira** foi, ainda como capitão, o segundo Comandante do CIC (Centro de Instrução de Comandos), braço direito do Comandante G.M. Santos e Castro, fiel depositário dos conteúdos de Acção social e militar para formandos, da sala de operações e Homem forte do Comando. Foi depois para Moçambique onde o General Kaulza de Arriaga o convidou a formar o Batalhão — depois Regimento, creio — de tropas Comandos. Tempos depois, comandou o Regimento de Comandos em Portugal continental e no presente, reformado, ocupa-se como dirigente principal do Executivo da Associação de Comandos, entre outras actividades.

Faleceu aos 87 anos o **General CMD João de Almeida Bruno**, militar possuidor das mais altas condecorações, condecorado por bravura na Guerra do Ultramar, que a PIDE tentou matar antes do 25 de Abril 74.
O Presidente da República evocou com respeito e amizade o General Almeida Bruno, ao apresentar as condolências à família e ao Exército Português, que o desaparecido serviu com independência, sentido de missão e devoção integral, (sic) divulgou Marcelo no site da Presidência.
Também a Ministra da Defesa, Helena Carreiras, deu a conhecer por comunicado, ter enviado as condolências à família do General, que faleceu no Hospital das Forças Armadas, em Lisboa.
N.30/7/35 M.22/8/22

Em 1974 Santos e Castro encontrava-se em Moçambique, quando as tropas do Movimento dos Capitães com cravos na boca dos canos tomaram o poder em Portugal. Foi o que se pode dizer uma *balde de água fria* sobre os cidadãos a par das incursões da Frelimo nas zonas urbanas das cidades moçambicanas perseguindo cidadãos.
A situação em Moçambiquef ficou insustentável. Antes, servindo de antevisão do futuro naquelas terras, tinha havido a tristeza da rendição inesperada do *Batalhão em Cuecas* que deve ter insuflado, mais ainda, o objectivo de **Santos e Castr**o de defender Angola do jugo comunista.
Foi traído pelos USA. Impossibilitado de prosseguir pela confiscação de material.

Na leitura de um dos louvores que lhe foram conferidos reconhecendo as suas capacidades lê-se:*Colaborador leal de todos os* **Comandos a que a 9ª Companhia** *foi atribuída como unidade de intervenção, procurou sempre integrar-se nas dificuldades e missões das Subsectores e prestou àqueles Comandos uma notável e valiosa colaboração, muito além da sua missão de comandante duma unidade de intervenção.*
Tendo do dever militar uma nítida e justa noção, fossem quais fossem os sacrifícios pedidos e as dificuldades a vencer, levou sempre as suas missões a bom termo.
Por todas as qualidades apontadas, em especial a coragem, calma reflectida, e sangue frio debaixo de fogo inimigo, a deisão e valentia sempre reveladas, é o **Capitão Ribeiro de Oliveira** *um oficial que altamente prestigia a Arma a que pertence e honra de maneira especial as gloriosas tradições do Exército português. devendo os seus importantes serviços ser considerados extraordinários, relevantes e distintos.(sic).*

"Incorporado no Exército em 1952, Almeida Bruno serviu as Forças Armadas e o País ao longo de mais de quatro décadas, num percurso que culminou como Presidente do Supremo Tribunal Militar, entre 1994 e 1998, momento da sua passagem à situação de reforma", lembra o comunicado do Ministério da Defesa. E também recorda que *"ao longo da sua carreira foi distinguido com a Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, com as medalhas de Valor Militar e da Cruz de Guerra, e com a Ordem Militar de Aviz, entre outras condecorações."*

RECORDAR SANTOS E CASTRO

Sexta-feira, 29 de Junho de 2012

Comandos portugueses, herdeiros do Grande Coronel,

Hoje, 29 de Junho de 2012,comemora-se meio século do nascimento de um grupo guerreiro, os modernos cruzados de Portugal, prosseguindo numa secular história de destemor diante de qualquer inimigo ou obstáculo. **Os Comandos**! Vários foram os homens que ajudaram a dar vida a esta unidade imprescindível nos momentos trágicos de seu nascimento. Mas um se destaca pois nunca um Homem transmitiu tanto de si ao seu grupo como o Tenente-coronel Santos e Castro. O orgulho guerreiro, a audácia, a coragem como atributo natural, o sacrifício da própria vida em defesa dos ideais pátrios.

O Coronel Santos e Castro não se deteve na sua cruzada heróica em defesa do mundo português, sacrificou a própria carreira militar e um futuro tranquilo se mantendo na luta quando as forças do mal, as colunas traidoras dos Capitães de Abril pisaram a bandeira das cinco quinas, rasgaram cinco séculos de história de conquistas, sacrifício e morte em África e Ásia que agigantavam e demonstravam o real tamanho do aparentemente pequeno rectângulo de terra à beira da Europa. Porque a sua grandeza estava nos seus Homens e essa grandeza lá não cabia.

Os Comandos têm a face e o espírito do **Grande Coronel.** Que nos comandava debaixo de fogo sem portar sequer uma pistola. Mas era ele a nossa principal arma. Neste **Dia dos Comandos**, que seja lembrado com respeito, que sua vida sirva de bandeira a ser seguida e defendida.

MAMA SUMÉ!

Pedro Marangoni

Segunda-feira, 4 de Julho de 2011

O Coronel Santos e Castro e os Comandos Especiais em Angola

Recebi de um amigo português a foto de um busto de bronze que me remeteu ao passado e às lições - e exemplos - de Honra e Glória que me foram repassadas pelo meu comandante de muitos combates, o homem representado no pedestal num quartel em Oeiras, Portugal. Tenente-coronel Gilberto Manuel de Santos e Castro. Um dos fundadores dos Comandos em Portugal, que não teve dúvidas em devolver a sua farda e condecorações ao famigerado traidor e covarde exército dos capitães de Abril logo após a Revolução dos Cravos e se empenhou na luta para tentar livrar as províncias portuguesas em África do jugo do marxismo e da ocupação por russos e cubanos. Tive a honra de lutar ao seu lado. Apesar da sua idade e do posto, trocamos turnos de sentinela no Morro da Cal, quando éramos pouco mais de 20 homens a segurar a frente norte da guerra civil, na noite após a Batalha de Quifangondo. Fui um dos por entre os 156 **Comandos Especiais** provados na luta, escolhidos para compor o seu Staff na Europa e pude partilhar das suas ideias e ensinamentos. Deixo abaixo, trechos do prefácio que ele escreveu para o meu livro " **Angola, comandos especiais contra cubanos"**posteriormente actualizado em **"A opção pela espada".** Nas suas palavras, poderão sentir a sua força:

...Estamos em Agosto de 1975. Um pequeno grupo de portugueses desembarca em Angola para ajudar a impedir a sua entrega ao colonialismo soviético. Eram poucos. Iriam porém, mostrar em valentia sem par e altruísmo sem preço, a vontade de todo o povo real que, perplexo e traumatizado, estava incapaz de reagir à mais aviltante farsa de toda a sua História. Em nome de um povo imaginário e de liberdades paranóicas aliás tolhidas a cada passo em pesados preços de sangue e de fome todos assistimos à maior mentira do século: a "i**ndependência"** de Angola.

O que pensa realmente deste facto trágico o povo português, desgraçadamente o que pensará o povo de Angola? Foi um grupo pequeno que se bateu contra isto tudo. Merecem por isso o respeito e a consideração de todos os portugueses. Por se terem batido e porque se bateram bem. Alguns pagaram cara a sua dádiva. E quando no pequeno cemitério do Ambriz desceram à terra, com toda a população a assistir em religioso silêncio, com as honras devidas e cobertos com a Bandeira Portuguesa, repetia-se apenas o que ao longo dos séculos acontecera. Mais uma vez aquela terra acolhia generoso sangue português. Ali estivemos também, meditando e sentindo mais vontade para continuar.

Eu próprio comandei os combates que os **Comandos Especiais** travaram contra os cubanos em Angola, durante os meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 1975...

Visto à luz da História, os **Comandos Especiais** eram em número ridiculamente pequeno. Apenas um punhado de homens: pouco mais de uma centena e meia. Vieram de todos os cantos do mundo. Alguns tinham já sido **Comandos,** ao tempo da sua vida de militares em Angola ou em Moçambique. Vieram espontaneamente. Nada lhes foi oferecido, e eles nenhumas condições impuseram. Claramente lhes foi dito que os **Comandos Especiais** iriam apenas ser a resposta altiva dum punhado de portugueses à cobardia e à traição dos que entregavam a Pátria às potências estrangeiras. Vieram por sua própria e livre iniciativa, na louca esperança de ainda salvar o nosso povo duma desonra afrontosa e de uma perda irreparável.

Logo no primeiro recrutamento surgiram aqueles que iriam constituir a mais extraordinária, a mais inconcebível, a mais desesperada força militar que alguma vez se propôs fazer frente ao império comunista: 156 homens dispondo de reduzidíssimo armamento, dependendo quase que exclusivamente de si próprios, pois o apoio logístico era praticamente inexistente.

Na realidade a acção desse punhado de homens começou no Verão de 75. O **"Verão Quente'de Angola".**

No entanto todo o esforço desesperado desses homens que quiseram defender Angola do inimigo soviético se perdeu. Ingloriamente, diga-se. Por vil traição.

Muita gente me tem perguntado por que não entramos em Luanda, quando a imprensa internacional chegou a noticiar que estávamos à vista da cidade no dia 10 de Novembro, precisamente no morro fronteiro ao Cacuaco.

Esses heróis que se chamaram **Comandos Especiais** fizeram tudo quanto puderam. Lutando com desespero contra o tempo, conseguiram de facto chegar à vista de Luanda antes da data da independência, levando de roldão à sua frente as sucessivas vagas de cubanos que se interpunham entre eles e a capital. Se a tivessem conseguido atingir antes do 11 de Novembro, tê-la-iam tomado, e não seriam as guarnições cubanas, inadaptadas para a guerrilha urbana, numa cidade que desconheciam e temiam, que o poderiam ter impedido.

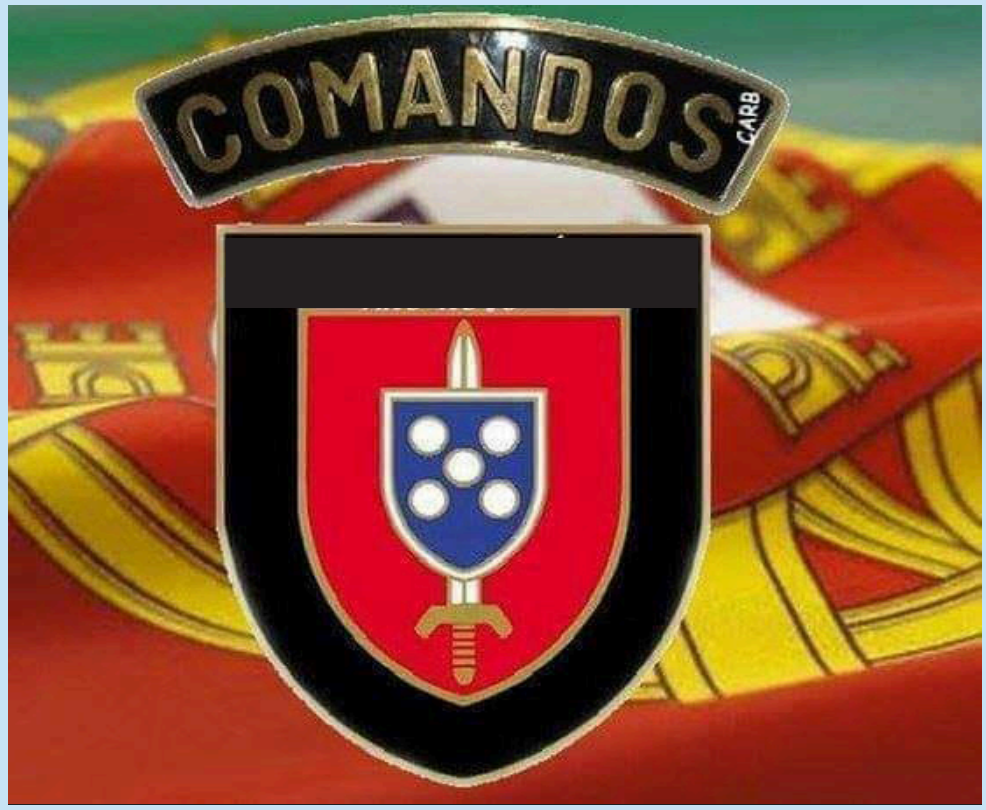
Mas entraves de toda a ordem condicionaram a ofensiva sobre Luanda, desde o não consentimento de manobras de diversão ou alterações de frente, até ao atrasar sistemático do assalto à cidade na sequência da primeira arrancada que em 48 horas nos levou do Ambriz ao Caxito... para nos quedarmos mais de vinte dias sem gasolina. As pressões que se exerceram sobre Holden Roberto constantemente mal esclarecido e enganado, no sentido de fazer coincidir o início do assalto com a véspera do dia marcado para a independência, funcionaram deliberadamente para que não entrássemos em Luanda. A artilharia abandonou as posições sem qualquer aviso e exactamente quanto mais dela carecíamos para o assalto ao Morro de Quifangondo o qual, uma vez tomado, abriria o caminho para a cidade em terreno plano e sem obstáculos. Por tudo isto não ocupamos Luanda. Foi-nos retirado o apoio de fogo pesado dos dois obuses de 140, abandonados mais tarde em Ambrizete e transformados em massas de ferro inútil porque as suas guarnições evacuadas de helicóptero, levaram as culatras...

Ali ficamos sob intenso fogo do inimigo. O barulho da onda de mísseis parecia uma terrível e contínuada trovoada. Os Comandos Especiais ficaram colados ao terreno e impedidos de dar resposta. Ali ficou só um punhado de Comandos Especiais no dia 10 de Novembro, véspera do dia fixado para a independência. Tudo havia retirado. Do nosso posto de observação sobranceiro à cidade que não havíamos podido alcançar, vi sair do porto de Luanda a fragata que levava as autoridades portuguesas. Eram quatro horas e meia da tarde do dia 10 de Novembro de 1975.

Os **Comandos Especiais** olharam o silencioso afastamento daquela fragata que levava no convés apinhado de gente os últimos restos de uma presença de cinco séculos. As lágrimas de raiva e de impotência rolaram pelas faces dos Comandos que o sol de Angola curtira. A fragata lançou ferro no limite das águas costeiras e ali ficou parada até à meia-noite. Num arremedo de macabra farsa, à meia-noite em ponto, esse navio da Armada Portuguesa iluminou em arco e salvou a terra... Depois, como que num silêncio de vergonha, fez-se ao largo.

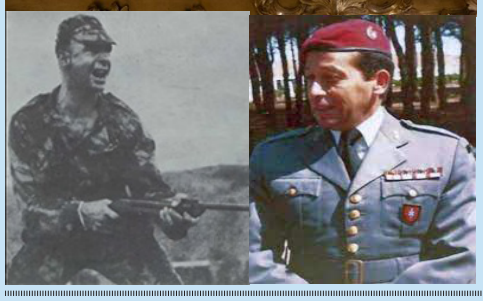
Gilberto Santos e Castro

Segunda-feira, 30 de Abril de 2012
Coronel Santos e Castro: o diário perdido



Os Comandos num Relance

60 anos



La Guerre par Procuration que l'Europe Mène Contre Israël

Comment l'UE ignore les crimes du Hamas

par Bassam Tawil

Traduction du texte original: Europe's Proxy War against Israel

Obsédée par Israël, l'UE ferme les yeux sur les crimes du Hamas et rend un très mauvais service aux deux millions de Palestiniens qui vivent dans la bande de Gaza. Les initiatives de l'UE semblent davantage structurées par la haine d'Israël que par le désir de venir en aide aux Palestiniens. Photo : le chef de la mission de l'Union européenne en Cisjordanie et dans la bande de Gaza, Sven Kuhn von Burgsdorff (à droite), visite le village palestinien illégal de Khan al-Ahmar près de Jérusalem, le 30 janvier 2023. (Photo d'Ahmad Gharabli/AFP via Getty Images)

Le 30 janvier, des représentants de l'Union européenne et de plusieurs autres pays, dont la Belgique, le Brésil, le Danemark, l'Irlande, l'Espagne et la Suède, se sont rendus à Khan al-Ahmar en Cisjordanie *« pour exprimer leur inquiétude sur les menaces de démolition qui pèsent sur le village »*

Khan al-Ahmar abrite 38 familles palestiniennes. Ce village a été construit illégalement il y a plus de dix ans par l'Autorité palestinienne dans le cadre d'un plan d'accaparement des terres de la zone C, une partie de la Cisjordanie que les Accords d'Oslo signés entre les Palestiniens et le gouvernement israélien ont placé sous le contrôle exclusif d'Israël.

Quelques jours avant la visite de cette délégation de fonctionnaires de l'UE et de diplomates à Khan al-Ahmar, le groupe terroriste palestinien Hamas, qui contrôle la bande de Gaza, a démoli des dizaines de maisons situées à la frontière égyptienne de Gaza, afin d'agrandir une autoroute côtière. Certains propriétaires se sont indignés des démolitions du Hamas. Et l'un d'eux les a décrits comme une nouvelle catastrophe et une condamnation à mort pour des dizaines de familles. Un autre Palestinien a dénoncé les démolitions comme un *« crime »* commis par le Hamas, affirmant que cette destruction s'était opérée *« sous la menace des armes ».*

Les fonctionnaires de l'UE et les diplomates étrangers qui se sont déplacés au Moyen-Orient pour exprimer leur solidarité avec les habitants d'un village illégal construit en Cisjordanie – n'ont pas sourcillé face à la démolition des maisons de Gaza par le Hamas. Bien évidemment, ils en étaient informés, soit par les médias palestiniens, soit par tout autre canal, mais ces responsables étrangers ont pris le parti d'ignorer la « *nouvelle catastrophe* » et le « *crime* ». Pourquoi ? Seule la haine qu'ils vouent à Israël les fonde à accuser les Israéliens de défendre ce qui leur revient de droit et à passer par pertes et profits les atrocités commises par le Hamas contre son propre peuple.

L'UE et la communauté internationale aussi, ont choisi d'ignorer les familles de Gaza jetées à la rue, tout comme ils ont pris le parti d'ignorer l'ensemble violations des droits de l'homme commises par le Hamas. Ces familles palestiniennes n'ont pas de chance : les bulldozers qui ont détruit leurs maisons appartenaient au Hamas et pas à Israël.

Si des bulldozers israéliens avaient entrepris de raser des dizaines de maisons dans la bande de Gaza, le tollé aurait été planétaire. Les mêmes responsables de l'UE qui ont visité Khan al-Ahmar se seraient précipités à Gaza pour rencontrer les familles désemparées qu'Israël avait jeté à la rue.

La douleur et l'humiliation des Palestiniens sont aggravées par l'aveuglement volontaire des responsables de l'UE qui visitent régulièrement la bande de Gaza.

Le 2 février, quinze chefs de mission de l'UE se sont rendus à Gaza sans dire un mot en faveur des victimes des crimes et des violations des droits de l'homme commis par le Hamas.

Après la visite, l'UE a déclaré dans un communiqué :

« Gaza reste une priorité pour l'UE et ses États membres. La situation humanitaire est très préoccupante. Il est grand temps que cesse le bouclage de la bande de Gaza et que les Palestiniens se réconcilient. »

Il est important de remarquer que l'UE n'a pas déclaré que le Hamas, dont les riches dirigeants mènent des vies confortables au Qatar, en Turquie et ailleurs, porte une quelconque responsabilité de la mauvaise *«situation humanitaire»* dans la bande de Gaza.

Quand le Hamas s'est emparé violemment du pouvoir en 2007, il n'avait pas pour objectif de doter Gaza d'une économie prospère. Il a surtout investi les millions de dollars qu'il a reçu dans la construction de tunnels, la fabrication et la contrebande d'armes pour attaquer Israël. Comme si cela ne suffisait pas, il y a deux ans, le Hamas a imposé une série de nouvelles taxes sur les marchandises importées, déclenchant quelques protestations chez de nombreux Palestiniens.

Le Hamas consacre 55% de son budget à ses besoins militaires, mais n'alloue à l'entretien du territoire que 5% de ses ressources.

Outre son budget militaire disproportionné, Le Hamas détourne également l'aide financière de l'Europe et des États-Unis pour ses projets militaires.

Au moment même où les responsables de l'UE exprimaient leur soutien aux résidents illégaux de Khan al-Ahmar en Cisjordanie, les habitants de la ville de Bet Lahiya à Gaza, protestaient contre le vol de leurs terres par le Hamas. Selon ces mêmes habitants, le Hamas a discrètement et illégalement transféré une grande partie des terres qui leur appartenaient à ses partisans. Un communiqué a aussi été rédigé par les habitants pour contrecarrer la «conspiration» du Hamas.

Ce même Hamas a insisté auprès de la délégation de l'UE pour qu'Israël soit empêché d'évacuer le village illégal de Khan al-Ahmar. Israël avait pourtant pris la peine de construire une nouvelle ville non loin de Khan al-Ahmar pour reloger les familles et leur permettre de *«conserver une même texture de vie».* Mais les Arabes de Khan al-Ahmar n'en ont pas voulu. « *L'agression de Khan al-Ahmar a été repoussée et [Israël] en paiera le prix, tôt ou tard »*, a déclaré le porte-parole du Hamas Mohammed Hamadeh.

Quand le Hamas, soutenu par l'Iran, menace Israël de lui faire « *payer le prix »,* il ne promet rien d'autre que des assassinats de Juifs. Ceux qui s'approprient des terres illégalement et construisent des maisons sans autorisation comme à Khan al-Ahmar, cherchent à intimider ceux qui ne font qu'appliquer la loi.

La solidarité que l'UE affiche envers les habitants de Khan al-Ahmar non seulement enhardit le Hamas, mais incite également les Palestiniens à s'approprier sans droit ni titre des territoires qui, selon les accords d'Oslo, sont administrables par le seul Israël. Faut-il préciser que ce soutien est aussi un encouragement au terrorisme contre Israël ?

De quel droit un fonctionnaire européen ose-t-il dire à Israël qu'il n'est pas autorisé à appliquer la loi contre les squatters illégaux ? Un responsable européen tolérerait-il qu'un officiel israélien fasse des remontrances aux élus de Paris ou de Madrid concernant une quelconque répression des fauteurs de troubles dans leurs villes ?

En réalité, les Européens encouragent les Palestiniens à construire illégalement en violation des accords d'Oslo. Un document confidentiel issu de la mission de l'UE à Jérusalem-Est et récemment rendu public, a ainsi révélé que Bruxelles aidait activement les Palestiniens à prendre le contrôle de toute la zone C en construisant des dizaines d'autres « faits accomplis » illégaux. De tels agissements disqualifient l'UE dans toutes ses prochaines tentatives de jouer les monsieur bons offices au sein d'un futur processus de paix entre les Palestiniens et Israël.

Cette guerre par procuration que l'Union Européenne mène contre l'État juif, est un indicateur de sa profonde hostilité envers Israël et de son parti pris

Jornal comunitário em Português | Journal communautaire en Français

OPINION

Médicaments : comment on a organisé la pénurie

Gaëlle Krikorian

Sociologue, militante dans le domaine de l'accès aux soins

Deux nouvelles très symptomatiques de notre situation vis-à-vis des produits pharmaceutiques ont marqué la fin 2022 et le début 2023. D'une part, une rupture de stock d'amoxicilline très remarquée, qui a notamment affecté 70 % des pharmacies françaises et se poursuit actuellement. Il s'agit de la substance active de produits bien connus comme le Clamoxyl® ou l'Augmentin® : un antibiotique à large spectre de la famille des aminopénicillines, parmi les plus utilisés contre les infections bactériennes, et le plus prescrit pour les enfants.

Par ailleurs, en décembre 2022, la recommandation d'approbation de l'Hemgenix® par l'Agence européenne des médicaments, un traitement de thérapie génétique contre l'hémophilie B qui bat un nouveau record de cherté. Déjà sur le marché aux Etats-Unis depuis novembre 2022, où il a obtenu le prix de 3,4 millions d'euros (pour une prise unique), il détrône ainsi le Libmeldy™ (3 millions d'euros la prise), le Zynteglo® (approuvé pour l'équivalent de 2,58 millions d'euros aux Etats-Unis, pas encore en Europe), et le Zolgensma® qui avait obtenu le prix de 1,9 million d'euros la dose en France en 2019, alors que l'essentiel de la recherche était issu du Téléthon et de la recherche publique.

Notre société s'est organisée pour que les médicaments ne soient accessibles que si cela rapporte suffisamment à celui qui les commercialise. Cette phrase vous semble peut-être étrange et provocatrice, elle ne fait que décrire la réalité de l'économie actuelle des produits de santé.

Nous avons ainsi créé, progressivement, les conditions de la pénurie ou du rationnement de produits essentiels, les conditions de la surconsommation de produits inutiles ou dangereux, les conditions de la création de résistances à des antibiotiques surprescrits ou surutilisés.

La logique de marché

Prenons le cas des pénuries. Les exemples se multiplient depuis quinze ans et la situation, aggravée et portée à l'attention du public à l'occasion de la pandémie de Covid-19, fait désormais la Une des médias de façon récurrente. On manque de médicaments aussi anciens, simples à produire et précieux que l'amoxicilline dans l'un des pays les plus riches du monde. On manque de pénicilline, on manque d'anticancéreux, d'analgésiques, d'anesthétiques, etc.

On compte sur le fait que l'appât du gain assure l'existence et l'accès des produits aux populations

Pourquoi ? La réponse généralement mise en avant est qu'il y a « *un déséquilibre entre l'offre et la demande* ». Au-delà de la description d'un état de la relation entre producteurs et utilisateurs, cette formule renvoie au fait qu'on se place dans une économie de marché. Et c'est l'élément clé qu'il faut considérer pour comprendre pourquoi nous faisons aujourd'hui face à ces situations.

Nous avons collectivement posé, implicitement ou inconsciemment, deux principes comme fondements de l'économie des produits de santé. Le premier est que la commercialisation de ces produits est, en soi, le moteur qui préside à leur développement, leur production et leur distribution. Le second est qu'il n'y a pas de limite aux profits possibles en commercialisant des médicaments.

On compte ainsi sur le fait que l'appât du gain assure l'existence et l'accès des produits aux populations. Et l'on a vu avec les vaccins Covid qu'il n'y avait pas de limite aux exigences de produits des grandes firmes : la vente à 20 euros la dose de vaccins dont la recherche a largement été financée par le secteur public a permis à Pfizer d'atteindre un chiffre d'affaires de 100 milliards en 2022, ce qui n'empêche pas le laboratoire d'envisager de multiplier par cinq le prix de vente. Permettons l'existence d'un marché, plutôt juteux, voire incroyablement juteux, et nous serons sauvés.

Des pays pauvres aux pays riches

Or, les failles de ce modèle sont nombreuses dans le domaine de la santé, mais aussi dans le contexte d'autres ressources essentielles à la vie ou la survie : en ce moment, on pense évidemment aux énergies renouvelables et l'incroyable inadéquation aux besoins de la loi adoptée le 10 janvier.

Ces failles ont, pendant des décennies, rendu impossible l'accès à de nombreux médicaments essentiels dans les pays à faible revenu qui ne constituaient pas des marchés jugés suffisamment intéressants économiquement : vaccins, anticancéreux, antituberculeux, antiviraux, etc. Ceci ne perturbait néanmoins pas la croyance généralisée dans l'efficacité du marché à satisfaire à nos besoins : il suffisait de se convaincre que plus de 6 milliards de personnes qui vivent dans les pays dits « *en développement* » ne représentent que la marge du système, et qu'on peut répondre à ces défaillances ponctuelles du marché par des mesures subsidiaires, et un peu de charité.

Depuis une dizaine d'années, cependant, les failles se multiplient dans les pays riches et attaquent de plus en plus profondément les systèmes de santé et la logique d'universalité de l'accès aux soins qu'ils devraient servir. Ce faisant, elles dévoilent chaque jour un peu plus l'inopérabilité du modèle pour assurer la santé de la population : produits nouveaux (sous monopole de brevets) trop chers, mais aussi produits anciens (sans plus de monopole) très utiles abandonnés par les firmes.

Les uns ponctionnent une part importante des ressources publiques au sein des systèmes de santé et engendrent l'absence de soin par rationnement pour une part croissante de la population, les autres multiplient les cas d'impossibilité brutale à être soignés que chacun d'entre nous peut être amené à expérimenter à l'occasion d'une maladie ponctuelle ou chronique.

Le principe même de santé publique se désagrège, à mesure que s'érode le droit à la santé que l'on a vu émerger et se développer au cours du XXe siècle, avec, notamment, la création de l'assurance maladie en France.

Face à cela, deux conclusions peuvent être tirées. Tout d'abord, les pénuries auxquelles nous avons affaire, ou les prix extrêmement élevés, voire exorbitants de médicaments ou vaccins, ne sont pas des événements ponctuels, problèmes inédits ou rares, qui peuvent être traités de façon ad hoc. Des problèmes qu'on imagine régler grâce à un chèque important adressé à un laboratoire pharmaceutique pour qu'il accepte de lancer ou relancer une production. Des problèmes qu'on croit régler grâce à la création d'une enveloppe spéciale extraordinaire pour financer un traitement. Ou des problèmes qu'on prétend régler grâce à une dérogation au principe d'annualité budgétaire qui permettrait de soigner les patients d'aujourd'hui avec des traitements aux prix faramineux, en achetant pour ainsi dire à crédit au détriment des patients et de l'assurance maladie de demain – comme pourrait le permettre l'article 54 de la nouvelle loi de financement de la Sécurité sociale pour 2023 adoptée du fait de l'article 49.3 le 30 novembre 2022.

Ensuite, et en conséquence logique, puisque le problème est systémique, les solutions doivent l'être aussi. Il est grand temps de prendre la mesure des ressources publiques massives qui sont investies dans l'économie pharmaceutique (par le financement de la recherche, les crédits d'impôt, les partenariats publics-privés, l'achat et le remboursement des médicaments, etc.), et de se demander quelle est la façon la plus responsable et la plus efficace d'utiliser ces ressources pour garantir l'existence et l'accès aux médicaments essentiels à notre vie.

Guerre par Procuration...

non déguisé en faveur des Palestiniens.

Obsédée par Israël, fermant les yeux sur les crimes du Hamas dans la bande de Gaza, l'UE rend un très mauvais service aux deux millions de Palestiniens qui y vivent. Car ce n'est pas le désir de venir en aide aux Palestiniens qui guide l'action de l'UE, mais seulement la haine d'Israël.
Si les Européens se souciaient vraiment des Palestiniens, ils s'opposeraient aux crimes du Hamas contre les habitants de la bande de Gaza. Et ils dénonceraient leurs acolytes de l'Autorité palestinienne pour gouvernance abusive, corruption, détournement de fonds publics, répression des militants des droits de l'homme et des journalistes, qui tentent de dire à l'UE, à la communauté internationale et aux soit disant associations de défense des droits de l'homme combien sont brutales les conditions de vie que les dirigeants Palestiniens infligent au quotidien à leurs compatriotes.

Bassam Tawil est un Arabe musulman basé au Moyen-Orient.

Um pouco sobre os judeus e as tradições judaicas.

O Editor: Anna D.

O judaísmo é uma das principais religiões abraâmicas e a maior responsável pela ascensão do cristianismo e do islamismo como religiões. O judaísmo é um dos primeiros monoteísmos do mundo, e o mais antigo sobrevivente até hoje. Os judeus de hoje, além de sua sede no único país judeu, Israel, estão espalhados pelo mundo, chamando muitos lugares de lar. Mas o que sabemos sobre ser judeu? O que você sempre quis saber, mas não perguntou? Aqui respondemos a algumas das perguntas mais comuns sobre os judeus e as tradições judaicas. Ser judeu é uma raça? Os judeus são uma raça como negros ou asiáticos? Em poucas palavras, não. Ser judeu significa aderir à fé judaica, e pessoas de crença judaica podem ser encontradas em todos os tipos de origens raciais em todo o mundo. No entanto, é tradição judaica (apenas tradição e não por lei) que se você tem mãe judia, você é judeu por herança. Porém, sem agir de acordo com certas tradições judaicas como a circuncisão (para meninos), tal pessoa não seria considerada judia. É preciso seguir pelo menos algumas das tradições para ser considerado judeu. Por exemplo, o famoso actor Harrison Ford nasceu de mãe judia, no entanto, ele não é considerado realmente judeu, pois nunca praticou o judaísmo. Por que os judeus usam chapéus?

Por que os judeus usam um kipá? O que é um kipá? Faz parte da tradição judaica que os judeus religiosos (aqueles que são activamente religiosos) cobrem os seus cabelos para honrar a Deus, que está acima deles, e simbolizam seu respeito por ele. O kippah, ou yarmulka, é um pequeno pano redondo que os judeus religiosos usam na cabeça por esse motivo. No entanto, os estudiosos da Torá, a Bíblia do Antigo Testamento, costumavam usar uma segunda cobertura na cabeça, razão pela qual muitos judeus ortodoxos (Haredim) usam um chapéu além de sua kipá ou yarmulka.

1. Pode um judeu crer em Jesus? Esta é a principal diferença entre judeus e cristãos, uma entre muitas, então a resposta é não. Um judeu que acredita em Jesus torna-se cristão, pois os judeus não consideram Jesus como seu salvador, filho de Deus ou mesmo profeta. Quais são as tradições judaicas mais comuns?. Honrar o sábado, o shabbat: É imperativo na tradição judaica, se você for religioso, obedecer a um extenso e complicado conjunto de regras quando é sábado. Por exemplo, sábado começa ao anoitecer da sexta-feira e termina ao anoitecer do sábado. Não se pode trabalhar, mover móveis, acender fogo ou usar electricidade. Eles também não dirigem carros ou usam transporte público de qualquer tipo motorizado.

2. Usar um kippah: Como escrevemos acima, é imperativo que os judeus religiosos cubram os seus cabelos para mostrar respeito a Deus.

3. Jejum: os judeus jejuam em dias específicos do ano judaico para prestar homenagem às tragédias dos tempos bíblicos. Os judeus geralmente jejuam por um dia, ou seja, desde o anoitecer do dia anterior até o anoitecer do dia, como no Yom Kippur.

4. Bênção com vinho: os judeus usam muito vinho, tem um papel simbólico e importante em muitas de suas tradições e está envolvido em muitas orações festivas, como a de Pessach.

5. Evitar comer porco: Uma das proibições mais fortes na tradição judaica é a proibição de comer qualquer parte do porco, pois é descrito como um animal imundo. Hoje sabemos que a carne de porco não está contaminada e é segura como a carne de vaca, mas os judeus religiosos nunca comerão nenhuma parte de um porco, e a maioria dos frutos do mar também não é "casher" (adequada) para comer.

6. Comer kosher ou casher: Comer kosher significa que, como judeu religioso, você só come comida que passou por um processo religioso no qual um especialista judeu certificado manuseou a comida. Isso inclui como o animal foi morto, por quem, como a comida é processada e muitas outras regras que dizem respeito à comida kosher. Um judeu fortemente religioso, portanto, terá problemas para comer na maioria dos restaurantes estrangeiros porque eles não certificam a sua comida como kosher. Se eu me casar com um judeu/judia, eu torno-me judeu/judia? De jeito nenhum. Casar-se com um judeu não afecta a sua condição de judeu. Um não-judeu que se casa com um judeu permanece o mesmo que era, apenas casado!

Como alguém se converte ao judaísmo? Aqui é onde os nascidos de mãe judia têm uma vantagem - se passarem por um brit-milá (circuncisão) e um bar mitzvah (leitura de uma porção da Torá, ao completar 13 anos), então já são judeus. No entanto, se você começar sua vida como um não-judeu e quiser se converter como adulto, precisará passar por um rigoroso processo que pode levar até 2 anos, durante o qual você deve estudar a tradição judaica, a Torá e outros livros judaicos e passar em todos eles. Só então a conversão é autorizada formalmente pela alta corte judaica. O judaísmo não permite proselitismo, ou seja, nenhum judeu vai tentar converter você ao judaísmo. Existem diferentes TIPOS de Judeus? Que tipos de judeus existem? Como a maioria das comunidades religiosas, os judeus têm várias distinções dentro de sua cultura. Uma das maiores separações na religião judaica é a distinção entre *Asquenazi e Sefaradita*. Embora a distinção seja principalmente geográfica, relacionada aos países de origem desses judeus, na prática, existem muitas diferenças nas tradições entre os judeus asquenazi e sefaraditas, especialmente quando se trata de práticas religiosas. *Além disso, pode-se dividir a maioria dos judeus hoje em 3 grupos em ordem de religiosidade:* ***Os mais religiosos,*** *os judeus ortodoxos, são chamados de "Os Haredim" (os preocupados/com medo). Você pode tê-los visto vestidos de preto e usando chapéus.* ***Depois, há judeus religiosos*** *que não são "haredim", não usam preto e não usam chapéus. Eles usam kippahs. Suas comunidades são muito mais abertas do que as ortodoxas e não seguem todas as tradições judaicas. No entanto, eles ainda desejam casar-se apenas com outro judeu religioso, como qualquer outra religião.* ***O terceiro grupo*** *são os judeus seculares, que são de longe o maior grupo de judeus em Israel e no mundo. Esses judeus podem seguir algumas tradições, mas deixarão a maioria delas sem serem observadas. Eles não guardam o sábado nem rezam na sinagoga. Os membros do povo judeu podem ser ultraortodoxos (ou haredim), podem ser observantes, podem ser seculares e até ateus, sem praticar nenhuma tradição judaica.*

Quais são os principais feriados judaicos? O calendário judaico é lunar; isso significa que os feriados são móveis e que iniciam ser comemorados ao anoitecer da véspera do dia especial. Há pelo menos seis feriados judaicos principais que devem ser observados na tradição judaica: **Rosh Ha'shana:** Este é o nome judaico para a celebração do ano novo, que abre o novo ano judaico. **Purim**: Talvez o mais alegre de todos os feriados judaicos, em que se usa fantasias e se come doces especiais, as *"Orelhas de Hamam".* **Pessach:** Este pode ser o maior feriado judaico, celebrando a história de Moisés e os israelitas enquanto eles escapavam do Egipto Antigo. **Sukkot:** Este feriado continua a história de Moisés e os israelitas, e durante este feriado os judeus sentam-se em habitações temporárias especiais para simbolizar as tendas em que os israelitas estiveram durante o seu tempo no deserto. **Yom Kippur:** O mais sagrado e solene dos feriados judaicos, Yom Kippur significa literalmente "*Dia das Reparações"* e é neste dia que o povo judeu confessa os seus pecados a Deus e é absolvido. **Hannuka:** Celebra a história de Judas Macabeu e a revolta dos judeus contra o governo grego que governou Israel logo após a Torá ser escrita.

Jornal comunitário em Português | Journal communautaire en Français

"Crónicas de Lisboa"

Não Quero Ser Pai

Por Serafim Marques
Economista (Ref.)

Nos tempos modernos, comemoram-se os "*dias de tudo* "e de mais alguma coisa. Ele é o dia do amigo, o Dia dos Namorados, o Dia da Mãe, o Dia dos Avós, etc, e…o Dia do Pai que, em Portugal, é comemorado no dia **19 de Março** e evoca o Dia de São José, Santo popular da igreja católica, marido da Virgem Maria e o pai terreno "*adoptivo"* de Jesus Cristo. Acerca do Dia do Pai, existem algumas histórias sobre a sua origem, mas a mais *"carinhosa"* é aquela história da homenagem dum filho ao seu pai na antiga Babilónia que pode ter dado origem ao Dia do Pai. Terá acontecido em 2000 a.C. (há 4.023 anos) quando um rapaz de nome Elmesu escreveu uma mensagem numa placa de argila, em que desejava saúde, felicidade e muitos anos de vida ao seu pai. Para haver pai, tem de haver mãe, pois a maternidade é um acto a dois, ainda mais se for também um acto de amor e não apenas um acto sexual, às vezes meramente carnal e cujo *"rebento"* desse acto não é desejado. No nosso país, ou melhor, na cultura ocidental e de países "ricos", ser pai/mãe é cada vez mais um "acto corajoso", pois muitos casais, na conjugalidade e em idade criadora, optam por não realizar o acto da natureza e da árvore genealógica. Alguns, preferem realizar a partilha desses afectos nos animais de estimação, tal é o enlevo como tratam os seus "filhos", assim os designam, de quatro patas. Justificam essa opção de recusa da maternidade/paternidade com vários argumentos, mas muitos não *"pegam"*, porque o que está por de trás dessa recusa são as muitas opções alternativas à não maternidade.

Por exemplo, usar o dinheiro que custa e muito criar uma criança, muito para além dos dezoitos anos, nos actos de hedonismo, cada vez mais enraizado nas culturas modernas, dispensarem sacrifícios de vária ordem que é ter e criar um filho e tudo mais que essa missão, nobre, implica, etc.

Assim, as crianças são cada vez mais tesouros e até os termos que usamos no seu tratamento e os exageros das "*concessões materialistas"* evidenciam isso mesmo: princesas/príncipes, etc. Portugal é dos países do mundo com a mais baixa natalidade e essa realidade não parece ser invertida, porque as motivações não apresentam novidade e isto preocupa os políticos e os economistas, porque levará, consequentemente, ao decréscimo da população dos países ricos pondo em xeque o modelo sócio económico das sociedades modernas. Nestas, o tecido humano não se regenera e entra mesmo em declínio, diminuindo os trabalhadores, os cuidadores e os consumidores, aqueles que sustentam o modelo socioeconómico.

Infelizmente e contra os desejos dos ecologistas, a população mundial continua a crescer e já atingiu os oito mil milhões e continuará a crescer, mesmo que a China, o país mais populoso do mundo, já vislumbre num horizonte não muito longe, problemas derivados ao decréscimo da sua população. Mas a Índia está prestes a ultrapassar a China e de acordo com cálculos da ONU, dentro de quinze anos o mundo somará mais mil milhões de habitantes e atingirá **cerca de 9,7 mil milhões de pessoas até 2050**. Assistiremos, assim, a um duplo desequilíbrio da população, isto é, uns países a crescerem e a abarrotarem e outros a "*minguarem",* como seria o nosso país, se, desde **há poucos** anos, tal como no resto da Europa, **não estivesse a ser invadido por imigrantes de várias origens,** mesmo dos mais longínquos geográfica e culturalmente, como é ocaso do Nepal, Bangladesh, Paquistão e India. Esta "invasão massiva" está já a levantar problemas sociais graves, como têm sido exemplos ocorridos no nosso país e outros poderão levantar-se, se não soubermos integrar estes "exércitos de gente", jovem, mas com desequilíbrios de género, isto é, maioritariamente masculina, o que poderá levantar outro tipo de problemas. Aliás, cerca de um terço dos nascimentos ocorridos recentemente em Portugal, já são de mães estrangeiras que, permanecendo aqui, acabam por substituir e compensar a baixa natalidade dos portugueses e, desse modo, permitir manter o equilíbrio da estrutura económica e social do nosso país. Mas saberemos agir de modo a n**ão estamos** a "*importar"* um problema grave. Está nas mãos de todos, mas deseja-se que as autoridades compram a sua função, pois esta é uma função de governação de presente e de futuro.

Sou avô de cinco netos, todos abaixo dos dez anos e cuidador deles e, obviamente, fui pai "*cumprindo"*, com a minha paternidade, a média de nascimentos por casal para que a sociedade portuguesa não entrasse em regressão populacional. Mas, uns por opção e outros por dificuldades, muita gente não realizou a natureza, permitam-me designar assim, porque todas as espécies vivas "*procriam"* e perpetuam as suas espécies. Nasci numa década, um pouco a seguir ao final da II Grande Guerra Mundial que gerou em Portugal um *"baby boom",* essencialmente no mundo rural, com *"ninhadas"* de filhos que tiveram, que lutar pela sobrevivência, e abandonar, prematuramente, o ninho pobre e partir à descoberta do mundo, interno e externo (migração para as cidades e emigração para o Brasil e Europa).

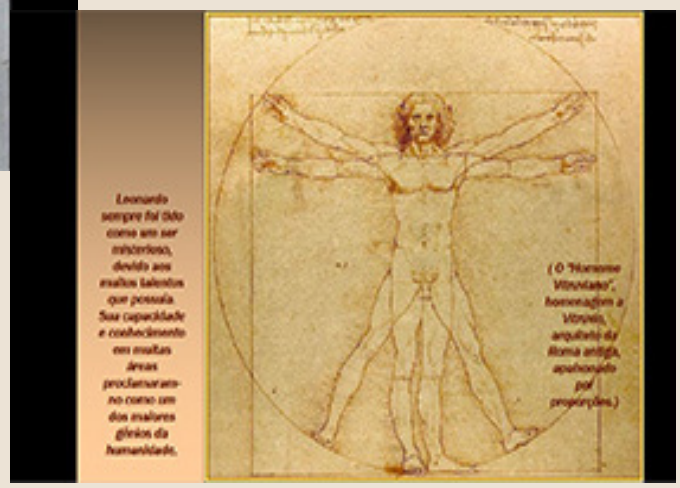
Foi esse "*baby boom"* que fez a população portuguesa dar um pulo em número ao ponto de não *"caberem"* todos neste cantinho à beira-mar plantado. Depois, a melhoria das condições de vida e os métodos *"contraceptivos"* e libertos do peso religioso, a natalidade começou a baixar e teria os efeitos atrás citados. Tomemos o exemplo duma família de seis filhos, do citado baby boom, estes geraram treze descendentes, mas a terceira geração já só gerou doze e por aí ficará, apesar dalguns deles ainda estarem em idade procriadora e com capacidade sócio económica nada comparável à dos seus pais. Opções que confirmam a tendência para a não paternidade.

Ser Pai, eu? Não, obrigado, dizem muitos/as. Antes um cão que dá menos trabalho e menos despesa (ver a este propósito a minha Crónica:" *Uma Criança ou uma Cão?*"). A vida vive-se sem fraldas, sem choros, sem birras, sem noites em branco, sem despesas, etc, dizem. Mas aqueles que hoje não encontram motivações para a maternidade/paternidade, porque têm outras opções de lazer, não *"caíram na terra"* vindos doutro planeta. Foram gerados e criados pelos seus pais, e na velhice não terão quem lhes *"fechará os olhos"* no seu minuto final de vida. Ser pais/mães, é viveremos na memória dos outros e só morreremos, de verdade, quando ninguém mais se lembrar de nós. Viveremos enquanto formos pensados, enquanto habitarmos na memória e na alma dos outros. Existimos nas nossas criações, a maior criação humana: como pais. Existimos para legar memórias aos nossos filhos e netos. Existiremos nos nossos filhos, se os geráramos e criarmos, e continuaremos depois, nos nossos netos, se os nossos filhos quiserem continuar a natureza, e só *"morreremos"* quando o tempo esbater as memórias. Se a árvore genealógica se perpetuar, o nosso ADN permanecerá depois de nós morrermos, fisicamente e o amor paternal/maternal é a única coisa que transcende o tempo e o espaço. A única imortalidade que nos é certa é continuaremos no sangue dos nossos filhos e a alegria maior é quando percebermos que eles, os filhos, se tornaram excelentes pessoas e cidadãos, para além de filhos e netos maravilhosos. Mas, o *"materialismo"* é inimigo da memória e, infelizmente, o pós-morte é cada vez de tempo mais curto. Sem pai e sem mãe, eu não estaria aqui a desabafar com o leitor. Vivó os Pais e as Mães.

LEONARDO

LEONARDO o génio Renascentista

escrevia da direita para a esquerda



Embora isso não possa ser realmente provado, muitos acreditam hoje que utilizou recursos de simbolismo também em pinturas, mascarando mensagens comprometedoras, que iam de encontro às convicções da época. A tese é esboçada no livro "O Código Da Vinci", em que no famoso quadro "A Santa Ceia", a figura à direita de Cristo é interpretada como sendo do sexo feminino, mais precisamente Maria de Madalena, cujo ângulo de inclinação em relação a Cristo forma uma espécie de letra V, ou o formato de um cálice, o "cálice sagrado".

Outros historiadores e especialistas concluem que Leonardo gostava simplesmente de distorcer coisas como em um quebra-cabeça e formar anagramas, ou que sua escrita invertida era na verdade um código para proteger seus esboços contra espiões.

Existe ainda a tese de que escrevia assim porque era canhoto, e não queria borrar os textos que criava febrilmente.

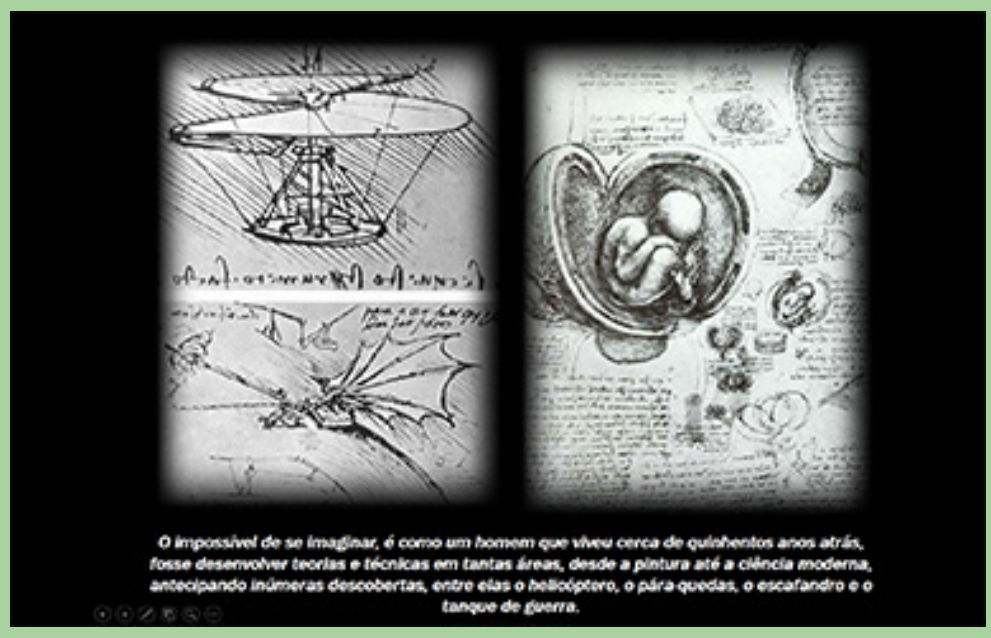
("FRANCHINO GAFFURIO, UM MÚSICO")

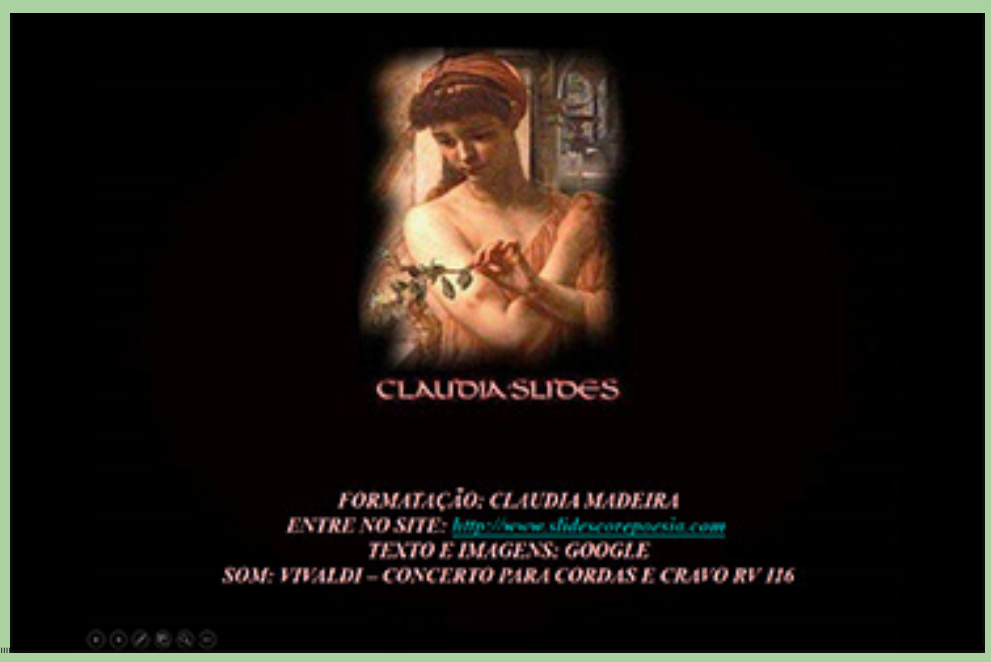
Provavelmente o seu perfeccionismo em cada pintura é um dos motivos por este possuir autoria de relativamente poucas obras, em comparação com outros gênios. Alegou, por exemplo, que a demora na conclusão da Santa Ceia devia-se ao fato de estar há um ano procurando entre as pessoas da rua um modelo que transmitisse a verdadeira maldade no rosto, para o retrato de Judas Escariotes.

("Leda e o Cisne")

Conta-se que havia parado de pintar por um tempo, estando todo voltado para seus projetos de invenções, no convento que lhe dera acolhida. De repente, teria entrado em sua sala de trabalho a esposa de um comerciante, Lisa Gherardini, encomendando-lhe seu retrato. Leonardo interrompeu seu trabalho e ficou olhando para ela, fascinado. Deixou de lado subitamente o que estava fazendo para criar o mais célebre retrato da História da Pintura: a "Mona Lisa", que dizem exibir um enigmático sorriso. Consta ainda que Leonardo se afeiçoou tanto ao quadro que não o entregou, guardando-o para si.

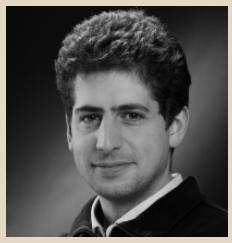
Jornal comunitário em Português | Journal communautaire en Français





Alternatives Economiques

ENTRETIEN Michaël Zemmour : « Le gouvernement refuse de chercher d'autres recettes pour financer les retraites »



Par Michaël Zemmour

Maître de conférences en économie à l'université Paris Panthéon Sorbonne, chercheur au LIEPP (Sciences Po)

La réforme des retraites poursuit son parcours législatif au Sénat. Le texte a été adopté en commission des affaires sociales mardi et sera débattu dans l'hémicycle à partir de jeudi. L'occasion pour Les Républicains, majoritaires à la Chambre haute, d'apporter des modifications au projet de loi, notamment sur trois sujets : les trimestres acquis pour la maternité, les carrières longues et les régimes spéciaux.

Un mois et demi après sa présentation par Elisabeth Borne, la réforme a été décortiquée sur toutes les coutures, notamment par l'un des meilleurs spécialistes du sujet, Michaël Zemmour, maître de conférences à Paris-1 et chercheur au Laboratoire interdisciplinaire d'évaluation des politiques publiques (Liepp) de Sciences Po, qui tient également un blog sur le site d'Alternatives Economiques. Dans ce grand entretien, l'économiste revient sur les principaux effets attendus de la réforme à ce stade, et sur les polémiques qui ont émergé, en particulier celles visant le Conseil d'orientation des retraites (COR).

L'étude d'impact du gouvernement montre que les femmes devront rester en moyenne plus longtemps au travail que les hommes. Elisabeth Borne a pourtant répété que la reforme les protégeait et que, malgré l'effort demandé, elles partiraient à la retraite avant les hommes. Qu'en est-il ?

Michaël Zemmour : Toutes les femmes ne sont pas dans la même situation, il faut faire attention à ne pas tomber dans des généralités.

Rappelons qu'aujourd'hui, on observe trois pics de départ à la retraite : à 60 ans pour les carrières longues, 62 ans pour l'âge légal, et 67 ans pour l'âge d'annulation de la décote. Proportionnellement, plus d'hommes partent en carrière longue et on trouve plus de femmes pour les deux autres âges. En moyenne, elles partent donc six mois plus tard.

La tendance est à une lente convergence des âges moyens de départ des deux sexes, selon les projections du COR, parce que les carrières longues sont amenées à être de plus en plus rares et que les carrières des femmes s'améliorant, elles seraient moins nombreuses à partir à 67 ans. Bizarrement, ce n'est pas ce qu'indiquent les documents du gouvernement.Quoi qu'il en soit, la réforme, si elle venait à être adoptée, décalerait davantage l'âge de départ des femmes, selon l'étude d'impact du gouvernement. Par conséquent, elle retarderait cette convergence des âges moyens de départ.Globalement, 60 % des économies immédiates générées par le report de l'âge légal reposent sur les femmes. Plus précisément, celles qui pourraient partir à 62 ans avec les règles actuelles, autrement dit celles qui ont des enfants et une carrière complète, constituent le profil le plus mis à contribution.

Car les personnes qui subissent le plus fort décalage de l'âge de départ sont celles qui devaient partir à 62 ans et différeraient leur départ de deux ans. Or, aujourd'hui, beaucoup plus de femmes que d'hommes partent pile à cet âge, à la fois parce qu'elles ont beaucoup moins accès aux départs anticipés et grâce à « la majoration de la durée d'assurance », à savoir la prise en compte des trimestres pour la maternité et l'éducation des enfants, qui leur permet d'atteindre le taux plein à 62 ans.

Concernant les écarts de pension, la réforme aurait un effet très marginal. Les femmes de la génération 1972 auraient une retraite moyenne représentant 81 % de celle des hommes avec les règles actuelles, 82 % avec la réforme. Pas de quoi se féliciter d'une grande loi d'équité.

Justement, pour éviter que ne s'annule l'effet de la majoration de la durée d'assurance, le Sénat a adopté en commission un amendement des Républicains visant à ce que les femmes ayant une carrière complète et au moins deux enfants bénéficient d'une surcote de 5 % si elles partent à 64 ans. Le ministre du Travail, Olivier Dussopt, s'est dit ouvert à la discussion. Qu'en pensez-vous ?

M. Z. : Avec les règles actuelles, les femmes atteignant le taux plein à 62 ans grâce à la majoration des trimestres qui choisiraient de poursuivre leur carrière et de partir à 64 ans bénéficieraient d'une surcote de 10 %. La proposition des Républicains revient à couper la poire en deux, en réduisant ce gain de moitié.

Ce serait une évolution sensible. Reste à en connaître les contours, à savoir qui elle vise et son chiffrage, afin de déterminer s'il s'agit d'une réelle mesure d'atténuation ou d'un effet d'annonce.

Le gouvernement a déjà fait des concessions sur les carrières longues. Que valent-elles ?

M. Z. : D'abord, précisons un point important : même ceux qui peuvent bénéficier des mesures de pénibilité ou des carrières longues seraient aussi obligés, dans la plupart des cas, de différer leur départ à cause de la réforme.

Pour l'instant, les évolutions concédées par le gouvernement peuvent se résumer de la façon suivante : si vous avez commencé à travailler avant un certain âge et que vous avez réuni toutes vos annuités, alors vous pourrez partir après 60 ans ou après 62 ans. Toutefois, il reste des cas de figure où les personnes devront avoir cotisé 44 ans.

Ces aménagements atténueraient en partie les effets de la réforme, ramenant le décalage de l'âge de départ autour de six mois/un an en moyenne plutôt que d'un an et demi. Ils ne sont pas négligeables pour les personnes concernées, mais restent marginaux par rapport à l'ensemble de la réforme et des économies prévues.

Car les conditions pour être éligibles aux carrières longues sont très restrictives. En pratique, toutes les femmes qui ont eu des interruptions de carrière, ou toutes les personnes qui ont connu des périodes de chômage non indemnisé sont quasiment exclues du dispositif.

Par ailleurs, comme le souligne Patrick Aubert, économiste à l'Institut des politiques publiques (IPP), la plupart du temps, les personnes qui ont exercé des métiers très durs, qui sont en mauvaise santé, parfois du fait de leur activité professionnelle, ne sont pas non plus éligibles au dispositif.

Le gouvernement a été très ambigu sur la promesse d'une pension minimale à 1 200 euros. En quoi consiste cette mesure en réalité ?

M. Z. : Il s'agit d'une revalorisation du minimum contributif, le « Mico ». Ce dispositif assure une pension de base minimale seulement à ceux qui liquident leurs droits sans décote. Il ne concerne donc pas tous les retraités modestes, contrairement à ce que l'on a pu entendre.

Année après année, les pensions des bénéficiaires du Mico se font distancer par les salaires parce qu'il est revalorisé en fonction de l'inflation. Or, la réforme de 2003 prévoyait de fixer le minimum contributif suffisamment haut pour que le cas type d'une personne ayant une carrière complète au Smic à temps complet soit assuré d'avoir une pension à 85 % du Smic net, soit environ 1 200 euros aujourd'hui. L'objectif du gouvernement est de se mettre enfin en conformité avec cette loi.

Parmi les personnes éligibles au Mico, beaucoup bénéficieraient de quelques dizaines d'euros supplémentaires avec la réforme. Pour certaines, ce ne serait pas tout à fait un gain, parce qu'il serait acquis au prix d'un ou deux ans de décalage de leur départ en retraite qui aurait de toute façon rapporté le même montant. Pour d'autres, ce ne serait pas vraiment un gain non plus, parce qu'il serait annulé par une baisse d'autant du minimum vieillesse (Aspa).

Le gouvernement, par sa communication maladroite, et parfois délibérément trompeuse, a voulu se servir de cette mesure pour donner l'impression que sa réforme était équilibrée entre efforts et progrès social, alors qu'en réalité c'est un projet d'économies très dur qui comporte une mesure sociale très modérée.

Emmanuel Macron avait même déclaré que la réforme des retraites était nécessaire pour financer la pension minimale à 85 % du Smic. Pourtant, cela n'a pas de sens sur le plan comptable : cette mesure aurait pu passer dans n'importe quel budget annuel de la Sécurité sociale, elle coûte moins cher que la revalorisation des pensions en fonction de l'inflation par exemple.

Entre la revalorisation du minimum de pension de base aussi pour les retraités

Jornal comunitário em Português | Journal communautaire en Français

actuels, l'élargissement des carrières longues et les potentiels ajustements pour les mères ayant une carrière complète, ces concessions ont un coût. L'objectif du gouvernement d'équilibrer le système à horizon 2030 semble compromis. Faut-il s'attendre à de nouvelles mesures d'économies ou de recettes ?

M. Z. : Pour l'instant, on ne dispose pas du chiffrage de toutes les nouvelles mesures potentielles, il est donc difficile de se prononcer. Mais, en effet, si ces dispositifs que vous évoquez venaient à être adoptés, ils réduiraient sensiblement le montant des économies visé par l'exécutif.

Cela repose la question des objectifs du gouvernement : s'agit-il de faire des économies ? De simplement faire passer une réforme des retraites ? Si la date de retour à l'équilibre est reportée, est-ce que cette réforme était si urgente ? Ne peut-on pas la suspendre et ouvrir une discussion sur l'ensemble des leviers pour résorber le déficit, notamment la recherche d'un surcroît de financement ?

Dans son étude d'impact, le gouvernement écrit qu'une hausse des cotisations serait nuisible à l'emploi, au pouvoir d'achat et à la compétitivité, et qu'une baisse des pensions serait « *difficilement acceptable* ». A l'inverse, un report de l'âge augmenterait le taux d'emploi et la production. Mais il n'étaye pas ses arguments par une évaluation de l'impact de chacune de ces options sur la croissance, le chômage ou le solde public par exemple…

M.Z. : Le gouvernement évite de regarder en face les effets macroéconomiques de sa réforme. A priori, au cours des dix à quinze prochaines années, on peut s'attendre à ce qu'un décalage de l'âge produise une augmentation assez modérée de l'emploi des seniors, qui s'accompagnerait d'une hausse du chômage pour absorber le surcroît de main-d'œuvre, qui elle-même engendrerait une légère pression sur les salaires des actifs.

Ces effets mis bout à bout aboutissent à un gain très faible en PIB et un peu plus élevé pour les finances publiques, selon les modèles macroéconomiques de l'OFCE et du Trésor. Ces modèles sont-ils fiables pour examiner une réforme des retraites ? Ce n'est pas sûr. Il est dommage qu'une vraie évaluation de la réforme de 2010 n'ait pas été réalisée.

En revanche, il est certain que les arguments souvent avancés par les partisans de la réforme, affirmant qu'elle engendrerait, comme par magie, une hausse mécanique de l'emploi des seniors qui améliorerait d'autant le taux de croissance, sont excessifs et mal documentés. On ne peut pas considérer que le choix de tout miser sur un report de l'âge n'aurait que des avantages, rendrait la France très riche, et n'aurait aucun effet sur le chômage et les salaires.

Concernant les autres mesures, là aussi, le discours n'est pas tout à fait transparent. Par exemple, le choix de baisser le montant réel des pensions nettes a déjà été fait, à la fois par la hausse de la CSG sur les retraités et la sous-revalorisation des pensions. Le gouvernement ne veut peut-être plus actionner ce levier, mais il l'a déjà fait lors du premier quinquennat.

Quant à l'option de chercher des financements pour le système de retraite, il n'y a aucune bonne raison de l'exclure. D'autant que les possibilités sont nombreuses et faciles à mettre en place. Dans une tribune, Thomas Piketty a démontré qu'appliquer une CSG de 2 % sur les très très hauts patrimoines rapporterait déjà plus d'argent qu'il n'en faut. C'est une piste. Autre exemple : une loi se prépare sur le partage de la valeur dans les entreprises, intégrer l'intéressement et la participation dans l'assiette des cotisations produirait également des recettes substantielles. Au sujet de la hausse des cotisations, quand bien même on aurait très peur qu'elle entraîne une hausse du chômage, il suffirait de les concentrer sur les plus hauts salaires.

Si la discussion sur de nouveaux financements s'ouvrait, on débattrait de la façon de les répartir pour minimiser de potentiels effets négatifs sur l'emploi et le pouvoir d'achat des plus modestes. Mais le gouvernement refuse de l'avoir. La réponse la plus claire que j'ai entendue de la part d'un conseiller de l'exécutif est qu'au fond, l'effet recherché de cette réforme est psychologique : si le gouvernement veut qu'à l'international sa politique de baisse des prélèvements obligatoires apparaisse crédible, il ne doit jamais en proposer de nouveaux. Il s'agirait donc davantage d'un effet de signal. On n'est pas loin de la pensée magique.

La réalité, c'est que l'exécutif a choisi de baisser structurellement et de manière déraisonnable les cotisations. Quand il s'agit de supprimer la taxe d'habitation sur la résidence principale à hauteur de 26 milliards d'euros, même pour les ménages les plus aisés, ou les impôts de production sur les entreprises pour 18 milliards d'euros, l'exécutif fait des paris sans réelles études et sans se demander quelles seraient les conséquences sur le chômage, l'emploi et la croissance. Mais lorsqu'il est question d'augmenter de manière très modérée les recettes sociales pour financer le système de protection sociale, tout d'un coup, il s'abrite derrière une fausse prudence

Au passage, au sujet du pouvoir d'achat, qui est une inquiétude légitime, le gouvernement se garde bien de dire que le décalage de l'âge de départ et l'accélération de la hausse de la durée de cotisation vont supprimer plusieurs dizaines de milliers d'euros de retraites à certaines personnes – sur l'ensemble des pensions qu'elles vont toucher sur leur durée de vie à la retraite – et maintenir plus longtemps des dizaines de milliers d'autres au chômage ou au RSA. Etrangement, le gouvernement fait moins preuve de prudence et de pudeur dans ces cas-là…

Le COR a essuyé beaucoup de critiques, notamment de la part de ceux qui voudraient l'entendre dire que la situation financière est alarmante. Est-ce justifié ?

M. Z. : Peut-être que la meilleure des réformes des retraites en France, c'était la création du COR en 2000 par Lionel Jospin. Ses travaux fournissent une base d'information et de diagnostic, à la fois technique et scientifique, partagée et publiquement accessible. Les chercheuses et chercheurs et, à mon avis, tous les journalistes spécialisés quelle que soit la ligne éditoriale de leur média, passent leur vie dans les documents du COR [on confirme !, NDLR].

En plus, il rend transparent toutes ses hypothèses. On peut toujours les critiquer, mais ses projections permettent de se repérer et d'avoir des ordres de grandeur. A leur lumière, on voit bien que les diagnostics d'une supposée *« faillite »* du système ou les arguments sur une « *crise démographique* » ne sont pas conformes à la réalité. Il y a des défis, mais ils ne sont pas terrifiants.

C'est pourquoi les attaques dont il fait l'objet, en particulier lorsqu'elles viennent du gouvernement, sont un peu inquiétantes. On ne va pas se mettre à attaquer l'Insee parce qu'on n'est pas satisfait du chiffre du chômage.

Par ailleurs, le COR fournit aussi des scénarios alternatifs, ce que ne fait jamais l'exécutif, et demande à différents instituts de prévisions macroéconomiques quels en seraient, selon eux, les effets.

Tout n'est pas parfait, évidemment, mais en matière de montée en qualité du débat, y compris de formation et d'information des partenaires sociaux, on peut surtout regretter qu'on n'ait pas des équivalents du COR pour d'autres politiques publiques, comme le chômage ou l'environnement.

Les critiques ne sont-elles pas à adresser plutôt au gouvernement, qui a transmis tardivement ses hypothèses économiques et budgétaires, sur lesquelles le COR est obligé de s'appuyer pour bâtir ses projections, et dont certaines sont discutables ?

M. Z. : Même si on peut s'interroger sur tel ou tel aspect, le diagnostic du COR n'est pas très différent de celui de l'année passée ni de la précédente, alors que les hypothèses n'étaient pas exactement les mêmes. Cela donne d'ailleurs confiance dans les projections du COR.

Mais il est vrai que, pour améliorer ses indicateurs, d'une part, et peut-être aussi pour noircir le tableau des retraites, d'autre part, le gouvernement a fait des choix discutables concernant les hypothèses macroéconomiques sur lesquelles le COR est obligé de se fonder pour faire ses projections.

Plus précisément, son hypothèse de chômage semble trop optimiste et, à l'inverse, son hypothèse de masse salariale de la fonction publique est soit beaucoup trop pessimiste, soit elle annonce une politique particulièrement austéritaire dans les prochaines années.

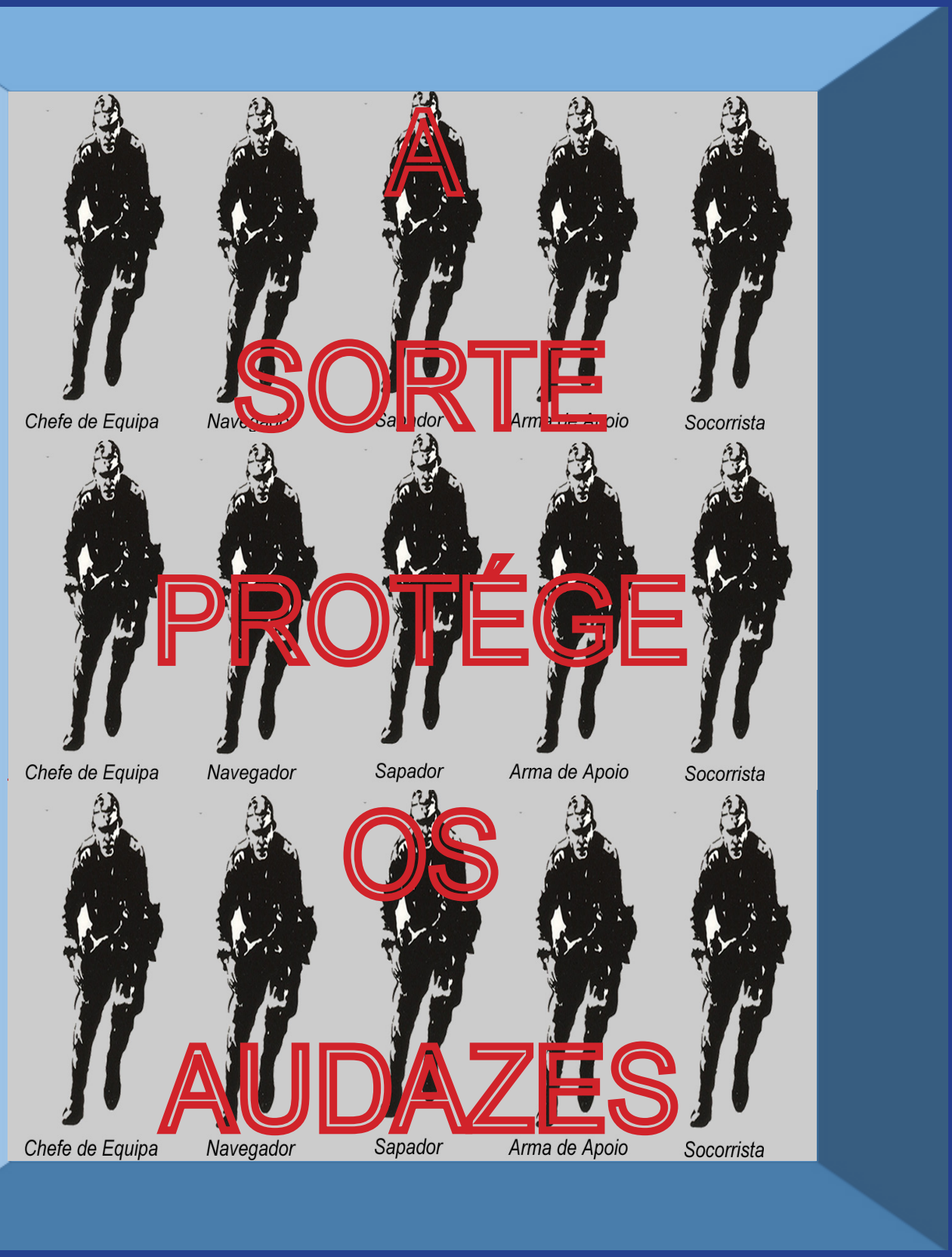
Dans une interview au journal Le Monde, le démographe Hervé Le Bras a estimé que l'hypothèse de mortalité sur laquelle se base le COR était *« irréaliste »* car trop faible. En réalité, le vieillissement de la population pèserait moins et, sans réforme, le déficit serait *« pratiquement résorbé »* en 2027. Qu'en pensez-vous ?

M. Z. : La critique d'Hervé Le Bras consiste à dire que, de la même manière que le COR retient plusieurs hypothèses de taux de chômage et de productivité, il pourrait présenter plusieurs hypothèses démographiques, dont certaines lui paraissent plus crédibles. C'est sans doute un point juste, même si la multiplication d'hypothèses rendrait le diagnostic moins facile à lire.

Globalement, selon le COR, le système affichera un déficit modéré dans les années à venir. Et on peut même penser que c'est parce qu'il n'est pas loin de l'équilibre que des petites variations sur n'importe quelle hypothèse, qu'elle soit économique ou démographique, semblent modifier beaucoup les chiffres.Quoi qu'il en soit, le diagnostic général reste le même : le système n'est pas en danger, mais il faut veiller à son financement et, sans nouvelle mesure, le niveau des pensions par rapport aux revenus des actifs va décrocher sur les vingt ou trente prochaines années. C'est suffisant pour organiser une politique publique, sans sombrer ni dans la dramatisation ni dans la désinvolture.

PROPOS RECUEILLIS PAR JEAN-CHRISTOPHE CATALON

COMANDOS



Ajudemos os COMANDOS do curso 127 que foram constituídos arguidos

NIB - 0033-0000-45536014942-05

As enormes despesas tornam muito apreciada a vossa esperada colaboração

A Associação de COMANDOS agradece-vos : MAMA SUMÉ !!!

O Presidente da AC

José Lobo de Amaral

FATAL 2023 | Candidaturas Fechadas

As inscrições já passaram e decorreram, de 20 de Fevereiro a 3 de Março de 2023

Entre os dias 18 e 27 de Maio, a ULisboa será o epicentro de mais uma edição do Festival Anual de Teatro Académico de Lisboa.

Nesta edição, a programação terá Espetáculos em Competição, selecionados por um reconhecido painel de profissionais das artes do espetáculo, de competências transversais.

Através da categoria **Mais FATAL**, o Festival traz a palco espectáculos, de comprovada qualidade, que não vão a concurso.

Em 2023, o Festival comemora a sua 22.ª edição e estamos a preparar muitas surpresas. Fiquem atentos!

A missão do FATAL é promover e divulgar o Teatro Universitário português, garantindo-lhe um lugar de honra na vida cultural portuguesa, mantendo, ao mesmo tempo, Lisboa na rota dos grandes festivais europeus de teatro universitário.

Inscrevam-se!

NOTÍCIAS DA ULISBOA

Para que esteja sempre a par das actividades da ULisboa, nós levamos as notícias mais relevantes até ao seu email. Subscreva!

CONTACTOS REITORIA | todos os contactos

M Alameda da Universidade
1649-004 Lisboa

E *reitoria@ulisboa.pt*

T +351 217 967 624 | +351 210 113 400 F +351 210 113 402

3 Minutos de Tese – Universidade de Lisboa

A competição 3 Minutos de Tese oferece aos estudantes de doutoramento da Universidade de Lisboa a oportunidade de desenvolver novas competências de comunicação**. Candidaturas abertas de 3 a 17 de abril de 2023.**

A Universidade de Lisboa promove pela primeira vez uma edição desta competição em 2023, desafiando os seus estudantes de Doutoramento a explicar o impacto da sua investigação a um público não especializado, em apenas três minutos e recorrendo a um único diapositivo.

Considerando que o conhecimento novo produzido nas universidades é essencial à resolução dos grandes desafios societais, e sendo o diálogo entre a ciência e a sociedade especialmente importante neste processo de capacitação, a Universidade de Lisboa organiza a competição 3 Minutos de Tese (3MT) na Universidade de Lisboa, que pretende estimular as competências de comunicação de ciência dos estudantes de doutoramento. Os estudantes são desafiados a explicar a importância e o impacto da sua investigação a um público não especializado, ao mesmo tempo que se promove a cultura científica e se fomenta a interdisciplinaridade e conhecimento mútuo na Universidade de Lisboa.

A competição académica 3MT na Universidade de Lisboa destina-se a desenvolver competências únicas dos estudantes de doutoramento, como comunicar ideias complexas de forma simples e com criatividade, para públicos diversos, em apenas 3 minutos. A competição é inspirada num formato desenvolvido e patenteado pela Universidade de Queensland, Austrália (3MT®).

Quais são os prémios?

O primeiro classificado recebe um prémio de 5.000,00 €, o segundo classificado recebe 2.000,00 € e o terceiro classificado recebe 1.000,00 €. Os candidatos na Fase 1 receberão uma formação em Comunicação de Ciência e um certificado de participação. Aos finalistas da Fase 2 e aos premiados serão ainda atribuídos diplomas de reconhecimento de mérito.

Para questões relacionadas com a competição, por favor contacte: *3MT@reitoria.ulisboa.p*t

Consulte todas as informações na página e na Brochura da iniciativa onde poderá ficar a conhecer algumas dicas para entrar na competição e alcançar o prémio.

J Y M ARCHITECTURE
Services & Plans D'Architecture
Résidentiel • Rénovation • Commercial • Multiplex

Jean-Yves Mesquita T.P.
Technologue en Architecture
Cel. 514.972-9985 • @:info@jymarchitecture.com • www.jymarchitecture.com

ORDRE DES
TECHNOLOGUES PROFESSIONNELS
DU QUÉBEC

RÉFORME Faut-il demander plus d'efforts aux retraités actuels ?

[10 questions sur la réforme des retraites] Un amendement de la Nupes visant à revenir sur la hausse de la CSG sur les retraités les plus aisés a été adopté la semaine dernière. L'épisode remet une pièce dans la machine du débat sur la contribution des retraités actuels à l'équilibre budgétaire du système.

PHOTO : © Moynot/Alternatives-Economiques
Par Jean-Christophe Catalon

La réforme des retraites poursuit son sprint législatif. L'Assemblée nationale entame ce lundi l'examen du texte en séance qui s'étalera sur seulement douze jours au maximum, tel que le prévoit l'article 47.1 de la Constitution. Sur ce laps de temps, la Nupes tentera peut-être de confirmer le coup réalisé la semaine dernière en commission des affaires sociales : l'adoption de l'amendement du député communiste Pierre Dharréville visant à revenir sur la hausse de la CSG pour les retraités.

Pour mémoire, Emmanuel Macron avait entamé son premier quinquennat en augmentant cet impôt pour compenser la suppression des cotisations chômage. Il avait également désindexé les pensions pour ne les revaloriser que de 0,3 %. Ces deux mesures figuraient en bonne place sur les pancartes des gilets jaunes. C'est pourquoi le président de la République avait décidé de revenir sur ses décisions pour les 80 % des retraités les plus modestes, soit ceux qui touchent moins de 2 000 euros net par mois. Toutes les pensions ont depuis été réindexées sur l'inflation, mais en revanche la CSG est restée à son niveau de janvier 2018 pour les retraités les plus aisés.

L'amendement de la Nupes profiterait donc à ces derniers, soit 8 millions de personnes. Cela n'a pas manqué de faire réagir les élus de la majorité et les libéraux, raillant la gauche qui, alors qu'elle ne cesse de réclamer une plus forte taxation des riches, vote une mesure qui réduit la fiscalité d'une partie d'entre eux.

Le gouvernement hermétique à l'idée

Cet épisode relance aussi le débat sur la contribution des retraités actuels au financement du système. L'une des critiques partagées par la gauche et la droite à l'encontre de la réforme est qu'elle fait porter l'intégralité de l'effort sur les actifs aux portes de la retraite. Outre le report de l'âge de départ, il existe deux autres leviers pour rétablir l'équilibre budgétaire : augmenter les cotisations et baisser les pensions.

Cette dernière piste a le vent en poupe chez les libéraux mais aussi au sein de la gauche modérée. Dans une note publiée fin décembre par le think tank Terra Nova, Fipaddict, un enseignant en finances publiques sous pseudonyme, chroniqueur à Alternatives Economiques, a calculé que la sous-indexation d'un point des pensions générerait 2,5 milliards d'euros d'économies, ou 1 milliard en ne ciblant que celles supérieures à 2 000 euros.

Le gouvernement est resté hermétique à cette option, assumant une position de principe purement politique : affaiblir le pouvoir d'achat des retraités « serait difficilement acceptable » est-il indiqué dans le rapport de l'exécutif sur « les objectifs et les effets » de la réforme. Ce même document mentionne que, pour équilibrer le système en 2027, il faudrait diminuer les pensions en moyenne de 57 euros par mois.

Plusieurs hypothèses peuvent expliquer ce choix : les traces laissées par la crise des gilets jaunes ou, plus cyniquement, des raisons de stratégie politique, puisque les retraités ont un poids important dans l'électorat d'Emmanuel Macron et sont la catégorie de la population la moins opposée à la réforme.

Les retraités mieux protégés de la pauvreté

Les défenseurs de cette mesure se justifient en pointant le niveau de vie élevé des retraités français. En effet, celui-ci était supérieur de 1,5 % à celui de l'ensemble de la population en 2019, d'après le Conseil d'orientation des retraites (COR). C'est une exception au sein de l'OCDE, qui permet à l'Hexagone d'afficher l'un des plus faibles taux de pauvreté des retraités au monde : 8,7 %, contre 14,6 % pour l'ensemble de la population.
Il faut toutefois rappeler que l'on compare le niveau de vie des retraités, non pas uniquement à celui des personnes en emploi, mais bien à celui de l'ensemble de la population, ce qui inclut également les chômeurs, les étudiants, d'autres inactifs… et les retraités eux-mêmes.

Cela ne signifie pas non plus que les retraités touchent plus d'argent sur leur compte en banque que les actifs (y compris les chômeurs). En effet, le revenu disponible (revenu du travail et du patrimoine - impôts + prestations sociales) des premiers est 15,7 % inférieur à celui de l'ensemble de la population, alors que celui des seconds est de 13,2 % supérieur.

En revanche, l'écart de niveau de vie est plus ténu : on l'a dit, celui des retraités est 1,5 % supérieur à l'ensemble de la population, mais celui des actifs est supérieur de 8,4 %. Cela s'explique par la taille du ménage : ceux des retraités sont composés en moyenne de 1,6 personne, alors que ceux des actifs de 2,5 personnes, car ils ont en général plus d'enfants à charge.

En matière de revenus, les retraités ne sont donc pas plus riches que les actifs… sauf en bas de l'échelle. Les 10 % des retraités les plus modestes ont en effet un niveau de vie supérieur aux 10 % des actifs les plus modestes, car ils sont davantage protégés de la pauvreté, notamment grâce à l'allocation de solidarité aux personnes âgées (Aspa) qui leur garantit un revenu minimum nettement meilleur que le RSA.

Un patrimoine plus élevé mais inégalement réparti

Là où les retraités s'en sortent mieux que les actifs, c'est lorsqu'on regarde le niveau de vie en intégrant les « loyers imputés », c'est-à-dire en ajoutant le « loyer fictif » que les propriétaires occupants pourraient tirer de leur logement en le louant.

La logique est « qu'à ressources monétaires identiques, un ménage propriétaire de son logement dispose d'un niveau de vie supérieur à un ménage locataire », explique une étude de l'Insee publiée en 2005. Cet indicateur permet ainsi de prendre en compte cet effet.

Or, les retraités étant plus souvent propriétaires que les jeunes actifs par exemple, leur niveau de vie en prenant en compte les loyers imputés est de fait plus élevé : il est supérieur de près de 8 % à l'ensemble de la population, quand celui des actifs n'est plus que 6 % supérieur.

De manière générale, les retraités possèdent un patrimoine moyen plus important que celui des actifs, en brut mais surtout en net (une fois les dettes déduites), respectivement 7 % et 35 % de plus en 2018, selon l'Insee. De fait, ils ont plus souvent hérité, ont profité de la hausse des prix de l'immobilier et des cours de Bourse, et sont davantage avancés dans le remboursement de leurs crédits.

Mais, est-ce au système de retraite de corriger les inégalités de patrimoine ? C'est un enjeu général dans la société. Une étude de l'Insee parue fin janvier a révélé que la moitié la plus aisée des Français concentre 92 % du patrimoine brut. Ce dernier « est inégalement réparti dans la population, entre actifs et retraités, d'une part, et dans chaque catégorie de la population, d'autre part », résume un document de travail du COR basé sur des données Insee de 2018.

Certes, le patrimoine est moins concentré parmi les retraités que parmi les actifs, mais les avoirs moyens détenus par les 10 % des retraités les mieux

dotés valent tout de même 3,3 fois ceux de la médiane (pour les actifs c'est 3,9 fois).

De plus, *« à revenus comparables, les retraités sont mieux dotés en patrimoine [que les actifs], à l'exception des ménages ayant les revenus les plus faibles »*, à savoir ceux qui gagnaient moins de 20 614 euros par an début 2018, soit les 25 % les plus modestes.

« Si l'on souhaite réduire les revenus des retraités les plus riches, ce sont les revenus du patrimoine qu'il importe de cibler… et non les retraites », plaide l'économiste Henri Sterdyniak dans une note des Economistes Atterrés en réponse à celle de Terra Nova. *« La redistribution à leur encontre doit passer par la taxation des revenus financiers et des plus-values à l'impôt sur le revenu, par la taxation des grandes fortunes, par une forte augmentation des droits de succession. »*

Moins de dépenses de logement, plus de santé et de chauffage

Un autre indicateur peut nourrir ce débat sur le train de vie des retraités. Il s'agit du « reste à vivre », à savoir le niveau de vie auquel on soustrait les dépenses courantes d'alimentation, de transport et de logement.

« *En 2017, le niveau de vie médian des plus de 65 ans est plus faible que celui des 50-65 ans ou que celui des 30-50 ans, mais leur «reste à vivre» [en prenant en compte la taille du ménage] (…) est plus élevé »,* avance un document de France Stratégie réalisé pour le colloque du COR.

Cela s'explique par des dépenses plus faibles pour les ménages âgés, parce qu'ils sont plus souvent propriétaires non accédants et ont des besoins de déplacements moindres.

Mais cet indicateur ne prend pas en compte les dépenses de santé qui, elles, sont bien plus élevées pour les plus de 65 ans (le double des 30-50 ans), qui ont davantage de problèmes de santé sans bénéficier de l'aide d'un employeur pour la prise en charge de leur complémentaire santé.

Par ailleurs, le panier de consommation des personnes âgées n'est pas le même que celui des plus jeunes. L'Insee a montré qu'ils sont plus pénalisés par l'inflation actuelle, notamment en raison de dépenses d'énergie plus élevées.

Les retraités déjà mis à contribution

Si on est précis, la question est moins de savoir s'il faut demander des efforts aux retraités que s'il faut leur en demander davantage. Car, en réalité, ils sont déjà mis à contribution pour financer le coût du vieillissement de la population.

« Si les plus de 60 ans restent bénéficiaires nets de la protection sociale, les transferts qu'ils reçoivent en moyenne individuellement, nets de leurs contributions à son financement, ont diminué significativement au cours de la dernière décennie », a mis en évidence une note d'analyse de France Stratégie en 2021. *« Cela a permis en retour de limiter pour les actifs la hausse des coûts associés au vieillissement de la population. »*

Parmi les mécanismes mobilisés, on retrouve bien sûr la CSG et les réformes des retraites de 2010 et 2014, mais aussi l'évolution du mode de calcul des pensions.

Les gouvernements successifs ont joué avec le calendrier des revalorisations des pensions de base afin de les retarder et faire des économies. A cela s'ajoutent les évolutions de la valeur du point de l'Agirc-Arrco, modérant également les pensions complémentaires des anciens salariés du privé.

« Durant les sept dernières années, les retraites déjà liquidées ont perdu 6 % de pouvoir d'achat pour les plus faibles ; 8,4 % pour les autres », alors que le salaire moyen de base a dans le même temps progressé de 2,25 %, pointe Henri Sterdyniak.

Enfin, les rapports successifs du COR montrent que, malgré le vieillissement de la population, les dépenses de retraites seraient stables ou en baisse à horizon 2070 car « un mécanisme correcteur a été intégré au système » expliquait son président Pierre-Louis Bras en septembre. Les réformes des retraites depuis la fin des années 1980 jusqu'au début des années 2000 ont indexé les droits (les salaires portés au compte pour le calcul des 25 meilleures années) et les pensions sur les prix alors qu'ils l'étaient auparavant sur les salaires.

Or, outre la période actuelle, les salaires ont augmenté plus vite que le prix ces dernières années. Ainsi, selon les projections du COR, la pension moyenne par rapport au revenu d'activité moyen devrait baisser. Résultat, le niveau de vie des retraités par rapport à l'ensemble de la population va décrocher : supérieur de 1,5 % en 2019 comme indiqué plus haut, il serait à parité ou légèrement inférieur sur la décennie en cours, avant d'être inférieur de 3 % à 4,5 % dans les années 2030 et poursuivre sa chute pour finir entre 13 % et 24,5 % inférieur en 2070, selon les hypothèses retenues. Il reviendrait ainsi aux niveaux observés dans les années 1970-1980.

Le but du système de retraite est d'assurer un niveau de vie satisfaisant aux pensionnés. Mais qu'est-ce qu'un niveau de vie satisfaisant ? La question est centrale et mériterait un débat, sur les bancs de l'Assemblée et au-delà.

La Chine Teste ses Lasers sur Hawaii, Et se Prépare Pour la Guerre

par Gordon G. Chang
Traduction du texte original: China Lasers Hawaii, Prepares for War

Pourquoi la Chine a-t-elle attaqué au laser un volcan endormi sur la grande île d'Hawaï ? Le Parti communiste chinois se mobilise rapidement pour la guerre. Cette préparation signifie, entre autres, qu'il est dangereux de supposer que les lasers que la Chine a fait tomber en pluie le 28 janvier était uniquement à des fins civiles. Photo : ciel nocturne au-dessus de l'île de Maui, à Hawaï. (Source de l'image : iStock)

Le 28 janvier, la Subaru-Asahi Star Camera, qui diffuse en direct les images prises par le télescope Subaru à Hawaï, a filmé des faisceaux laser verts tombant en pluie sur le volcan Mauna Kea.

Les lasers ne provenaient pas, comme on l'a cru à l'origine, d'un satellite de la NASA. Ils ne pouvaient provenir que d'une seule source : le satellite chinois Daqi-1/AEMS.

Pourquoi la Chine a-t-elle attaqué au laser un volcan endormi sur la grande île d'Hawaï ?

« Cest un satellite chinois qui mesure les polluants, entre autres choses », a déclaré Roy Gal de l'Institut d'astronomie de l'Université d'Hawaï à The Hill. Dans le même journal, Ray L'Heureux, ancien chef d'état-major des Marine Forces Pacific a déclaré qu'à son *« humble avis, il serait bizarre d'affirmer que les Chinois - qui comptent au nombre des plus gros pollueurs de la planète – s'intéresseraient soudain aux polluants au point de collecter des données de ce côté-ci du Pacifique ».*

Richard Fisher du Centre international d'évaluation et de stratégie basé en Virginie a émis d'autres hypothèses concernant l'intérêt soudain des scientifiques chinois pour l'atmosphère d'Hawaï.

« Le satellite Daqi-1 est un parfait exemple du caractère dual du programme spatial chinois. Il utilise un laser vert pour la recherche sur l'environnement ou les gaz à effet de serre, mais ces données sur la densité atmosphérique et le mauvais temps peuvent également être mises au service du nouvel avion hypersonique de la Chine », a-t-il déclaré à Gatestone. *« Les poids lourds, comme on appelle ces plates-formes d'armes, nécessitent des mesures météorologiques précises pour aider les ogives à atteindre leurs cibles. »*

Les données environnementales peuvent avoir d'autres applications militaires. « *Le satellite au-dessus d'Hawaï suivait probablement les mouvements de sous-marins américains depuis leur point d'origine jusqu'à la zone Indo-Pacifique. Il n'est pas exclu que les capacités anti-sous-marines de plus en plus sophistiquées de la Chine permettent aujourd'hui menacer les sous-marins américains en opérations »*, a déclaré Brandon Weichert, auteur de Winning Space: How America Remains a Superpower (La Bataille de l'Espace, comment l'Amérique demeure un superpouvoir). *« Des lasers avancés mis en orbite peuvent scruter la profondeur des océans pour localiser et suivre les sous-marins américains qui tentent de se déplacer en silence et dans les grands fonds ».*

Fisher note que les lasers verts peuvent servir à mesurer les fonds marins. « *Il n'est pas exclu que la Chine ait réussi à développer des lasers verts compacts et plus puissants pour mieux surveiller les fonds marins, et même effectuer qui sait, des missions anti-sous-marins et anti-mines, depuis l'espace ».*

Ce même 28 janvier - coïncidence ? -, le désormais tristement célèbre ballon espion chinois est entré dans l'espace aérien de l'Alaska, dans les Aléoutiennes. Au cours de son vol de huit jours à travers les États-Unis et le Canada, l'engin a eu un bel aperçu des deux jambes de la *«triade nucléaire»* américaine, sa force de dissuasion nucléaire.

Le ballon, transportant apparemment du matériel de surveillance, a traversé au moins 48 États le 31 janvier. C'est seulement le 4 février, au large de Myrtle Beach, qu'un F-22 de l'US Air Force a abattu ce dirigeable qui surveillait, entre autres installations, les bases de Malmstrom, FE Warren et Minot Air Force, qui abritent toutes les missiles balistiques intercontinentaux américains Minuteman III.

Le ballon est également passé à proximité de la base aérienne de Whiteman, qui abrite la flotte de bombardiers B-2 à capacité nucléaire, la deuxième jambe de la Triade.

Plus inquiétant encore, l'engin a survolé la base aérienne d'Offutt, le siège du Strategic Command qui a autorité sur l'ensemble du dispositif nucléaire américain.

Ce parcours suggère que la Chine cherchait à recueillir des informations en vue d'une première ou d'une deuxième frappe sur les sites nucléaires américains.

Si on ajoute à cela les lasers verts qui ont collecté des données atmosphériques utiles à une frappe par un engin volant hypersonique sur Hawaï, les planificateurs de la défense américains ont tous les éléments en main pour être se sentir alarmés.

Après le ballon espion, trois autres «*objets»* ont traversé l'espace aérien nord-américain. Ces intrus, ont également été abattus, mais leur origine demeure un mystère.

« La Chine utilise des nouvelles technologies de manière non conventionnelle, a déclaré Weichert. « *Nous sommes au début d'un programme beaucoup plus invasif de surveillance de l'armée américaine afin de mettre à jour leurs informations sur les capacités et les intentions. »*

La fond de l'affaire est que ces intrusions ont pris le Pentagone au dépourvu. C'est seulement après que le ballon espion chinois a eu pénétré l'espace aérien américain que le Pentagone a passé en revue les données radar précédemment collectées. Il s'est alors rendu compte que d'autres intrusions avaient eu lieu au cours des années précédentes.

« Les Américains ont perdu toute initiative », a déclaré Weichert. « *Notre manque de réponse décisive et coordonnée à ces menaces - ou le refus de considérer toutes les éventualités - a diminué notre capacité dissuasive. La Chine croit maintenant qu'elle peut mettre à profit cette inertie. »*

En ce moment où la dissuasion s'érode, le Parti communiste mobilise rapidement la société chinoise pour la guerre. Cette préparation implique, entre autres, qu'il serait dangereux de considérer que la pluie de lasers chinois du 28 janvier était uniquement à finalité civile.

« *Non, ce n'est pas un risque pour Hawaï ou ailleurs »*, a déclaré Roy Gal de l'Université d'Hawaï.

Il est vrai que personne au sol n'a été brûlé par les faisceaux de lumière verts chinois le 28 janvier, mais cette pluie de lasers est un avertissement de plus que ce qui est en route, c'est la guerre.

Gordon G. Chang est l'auteur de The Coming Collapse of China ; il est aussi senior fellow du Gatestone Institute et membre de son comité consultatif.